

DOMINGOS SACROSSANTOS FERNANDES SILVA

**NECESSIDADES EDUCATIVAS
ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR:
UM DESAFIO EDUCACIONAL**

**BACHARELATO EM SUPERVISÃO
E ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICAS**

Instituto Superior de Educação

2007

DOMINGOS SACROSSANTOS FERNANDES SILVA

**NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS
UM DESAFIO EDUCACIONAL**

Trabalho Científico apresentado no Instituto Superior de Educação – ISE para obtenção do grau de Bacharel em Supervisão e Orientação Pedagógicas sob orientação de **Maria de Fátima Ramos Rodrigues Mendes Barbosa**, Mestre em Ciências da Educação.

Instituto Superior de Educação

2007

Trabalho científico “Necessidades Educativas Especiais: Um Desafio Educacional”**Elaborado por:** Domingos Sacrossantos Fernandes Silva

É aprovado pelos membros do júri, homologado pelo conselho científico como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharelato em Supervisão e Orientação Pedagógicas.

Praia _____ de _____ de 2007

O JÚRI:

Instituto Superior De Educação

Data, ____/____/____

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, e irmãos, em especial irmão Zé, mais novo do que eu dois anos, que nunca teve oportunidade de se sentar num banco de uma escola. Na época não foi possível ter cuidados médicos que o pudessem libertar das sequelas da Meningite e nem recursos para sua escolarização.

À minha esposa e filhos,

À todas as pessoas que de uma forma ou outra me apoiaram nessa caminhada, principalmente à minha orientadora, Mestre Fátima Barbosa, que me incentivou muito e com muita paciência,

Aos meus colegas de trabalho em particular a Dra. Alice Figueiredo, e Dr. Júlio Rosa, e pela força e ajuda e por me terem feito enveredar profissionalmente para a área Educação Especial, desde 1995.

Enfim, a todos que de maneira directa ou indirecta contribuíram para que este trabalho fosse efectivado.

Meu muito obrigado!

ÍNDICE

ACRÓNIMOS	7
RESUMO	8
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I.....	14
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO INTERNACIONAL	14
1. Clarificando Conceitos	14
1.1 Deficiência.....	14
1.2 Educação Especial	15
1.3 Necessidades Educativas Especiais	17
1.4 Educação Inclusiva	17
1.5 Escola Inclusiva.....	18
1.6 Formação de Professores	18
2. A Educação Inclusiva	20
2.1 Antecedentes da Inclusão	20
2.2 Orientações Internacionais da Educação Inclusiva.....	21
2.2.1 Declaração Mundial sobre Educação para Todos	21
2.2.2 Declaração de Salamanca.....	22
2.2.2 Declaração de Salamanca.....	22
CAPÍTULO II	25
OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CABO VERDE	25
2. 1. A Legislação e Documentos oficiais que a suportam a educação de	25
pessoas com NEE no contexto Cabo-verdiano	25
2.1.1 A Lei Orgânica do Ministério da Educação	26
2.1.2. Principais Indicadores do ensino Básico.....	27
2.1.3 A Constituição da República de Cabo Verde.....	28
2.1.4. Lei de Bases do Sistema Educativo Cabo-verdiano.....	29
2.1.5. A Lei 122/V/2000 – Estabelece Bases Gerais da Prevenção	30
2.1.6. Plano Nacional de Acção de Educação para Todos	30
2.1.7 Plano Estratégico de Educação	31
2.1.8. Programa do Governo	32
2.2 Dados Estatísticos das Pessoas Portadoras de Deficiência em Cabo Verde	32
2.2.1 População Portadora de Deficiência	32
2.2.2 Caracterização da população portadora de deficiência por tipo de deficiência.....	33
2.2.3. A Educação da população portadora de deficiências	34
2.3 Impacto das Orientações Internacionais	37
2.3.1 Organização dos serviços na linha da Educação Inclusiva	38
CAPÍTULO III	41
INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	41
3. 1. Abordagem Geral.....	41

3.1.1 Procedimento metodológico	41
3.1.2 Caracterização do grupo alvo.....	42
3.1.3 Caracterização do Pólo nº XX: Escola “Abela”	42
3.2 A inclusão dos alunos com NEE na escola “Abela”	43
3.2.1 Prática pedagógica dos professores: os (des)caminhos da	43
Educação inclusiva	43
3.2.2. A legislação versus a prática pedagógica do professor	49
3.2.3 A formação dos professores em matéria de NEE: o desafio que se coloca.....	51
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
ANEXO 1 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA AOS PROESSORES.....	63
ANEXO 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA AO GESTOR	66
ANEXO 3: Quadro 1- dos Principais Indicadores do Ensino Básico (2004/05)	69
ANEXO 4: Quadro nº 2. Repartição da ppd segundo tipo de deficiência por sexo.....	70
ANEXO 5: Quadro nº 3. Repartição da população de 4 anos e mais por sexo segundo a.....	70
ANEXO 6: Quadro nº 4. Repartição da população de 4 anos e mais portadora de def.	71

NDICE DE QUADROS

Quadro nº 1. Nível de instrução da população de 15 anos e mais pd por grupo etário e sexo	36
---	----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 Tipo de deficiência	34
Gráfico nº 2. Repartição da população de 4 anos e mais segundo a frequência escolar	34
Gráfico 3 – Frequência escolar dos deficientes na faixa etária dos 6-9	36
Gráfico 4 - Nível de instrução da população de 15 anos e mais portadora de deficiência	37

ACRÓNIMOS

- DGEBS** – Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário
- DEPEB** – Direcção da Educação Pré-Escolar e Básica
- EE** – Educação Especial
- EBI** – Ensino Básico Integrado
- EB** – Ensino Básico
- GEP** – Gabinete DE Estudos e Planeamento
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- IP** – Instituto Pedagógico
- LBSE** – Lei de Bases do Sistema Educativo
- MEES** – Ministério da Educação e Ensino Superior
- NEE** – Necessidades Educativas Especiais
- OMS** – Organização Mundial da Saúde
- PPD** – Pessoa Portadora de Deficiência
- PNA-EPT** – Plano Nacional de Acção de Educação para Todos
- PNEE** – Portadores de Necessidades Educativas Especiais
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura,
- RPGH** – Recenseamento Geral de População e Habitação

RESUMO

O presente estudo, cujo título é “Necessidades Educativas Especiais: um desafio educacional” fundamentou-se na análise da política educativa inclusiva preconizada a nível internacional, na década de 90 e a sua repercussão em Cabo Verde, tendo em consideração a legislação e os documentos institucionalizados no nosso país com o fim de garantir uma Educação Para Todos, incluindo os Portadores de Necessidades Educativas Especiais e os Deficientes. Pretendeu-se avaliar a aplicabilidade das orientações internacionais e legislação existente no nosso país, com vista a responder às necessidades das pessoas com NEE de modo a garantir o seu direito à educação e foi tomado como eixo principal a formação de professores.

O trabalho teve também uma parte prática - estudo de caso - que incidiu sobre um grupo de professores do Ensino Básico Integrado (EBI) do Pólo nº XX da escola “ Abela” - Terra Branca, um dos subúrbio da cidade da Praia. O objectivo foi saber se estes estavam realmente preparados para lidar com alunos com Necessidades Educativas Especiais na sala de aula; compreender as principais necessidades dos professores em relação à inclusão destes alunos no ensino regular como está previsto na Lei de Base do Sistema Educativo. O estudo permitiu constatar que os professores não estão preparados para lidar com as NEE havendo, portanto, necessidades de serem desencadeadas acções de formação contínua nesta área. A pesquisa permitiu ainda propor algumas sugestões como forma de contribuir na medida do possível para a melhoria da implementação da Educação Inclusiva em Cabo Verde.

PALAVRAS-CHAVE: Necessidade Educativas Especiais, Educação Especial, Deficiências, Educação Inclusiva; Inclusão Escolar, Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho académico, cujo título é **“Necessidades Educativas Especiais: Um Desafio Educacional”** decorreu no âmbito da formação realizada no Instituto Superior de Educação (ISE), com o objectivo de se cumprir um dos requisitos necessários para obtenção do grau de Bacharelato em Supervisão e Orientação Pedagógicas, no ano lectivo 2006/07.

Observa-se que um dos grandes desafios da actualidade é criar condições para que as escolas existentes possam atender as Necessidades Educativas Especiais (NEE), que trabalhem as diferenças e potencialidades individuais como factor de crescimento para todos os alunos. Para efeito, é necessário, portanto, buscar alternativas que resultem em transformações positivas nas escolas regulares para que estas possam receber alunos com NEE, uma vez que em Cabo Verde não foram criadas escolas especiais e aposta hoje tem sido na Educação Inclusiva.

Antecipa-se que a abordagem inclusiva iniciou-se na década de 90, mas foi antecedida por diferentes etapas, caracterizando três paradigmas: Segregação, Integração.

De acordo com Sassaki (1997, P: 30)

A ideia de integração surgiu para derrubar a prática de exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiências eram excluídas da sociedade para qualquer actividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência.

A integração é um processo de inserção do Portadores de Necessidades Educativas Especiais (PNEE) no ensino regular e pode ser conceituada como um fenómeno complexo que vai muito além de colocar ou manter estas em classes regulares.

Birch (1974) considera que a integração escolar é o processo que visa unificar a educação regular e a educação especial, tendo como objectivo oferecer um conjunto de serviços a todas as crianças, tendo em atenção as suas necessidades de aprendizagem. O mesmo aponta ainda que as crianças eram colocadas em diversos níveis de ambientes educativos, desde a classe regular (meio menos restritivo possível), classe regular e sala de apoio, sala de ensino especial, escola especial até ao “cuidado total” (meio mais restritivo) em residenciais, hospitais.

Bautista (1993, P:29) nos relembra que segundo o A NARC - National Association of Retarded Citizens, E.U.A a

Integração é uma filosofia ou princípio de oferta de serviços educativos, que se põe em prática mediante a provisão de uma variedade de alternativas de ensino e de aulas adequadas ao plano educativo de cada aluno, permitindo a máxima integração educacional, temporal e social entre os alunos deficientes durante o período escolar normal.

A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura enquanto organismo internacional que responde pela Educação tem, por um lado, promovido diversos debates que apontam a necessidade da “Educação para Todos”. Por outro, tem produzido uma série de documentos que orientam e incentivam os diferentes governos no sentido de promoverem a educação das pessoas com NEE. Como veremos mais adiante, a Declaração de Salamanca (1994) é um dos documentos que mais popularizou o termo Inclusão.

Cabo Verde é um dos países signatários da política da UNESCO e tem vindo, na medida do possível, criar condições para a inclusão educacional das pessoas com NEE seja de facto uma realidade. Neste contexto, é evidente que a Inclusão das pessoas com NEE no ensino regular é um aspecto que implica aperfeiçoamento da formação dos professores.

Assim, Cabo Verde fez, nos anos 90, uma reforma da educação com base na Filosofia da Educação para Todos, visando adoptar assim uma das exigências do milénio.

Tendo em consideração os aspectos acima apontados foi proposta a realização da presente monografia de bacharelato, a qual passaremos a enquadrar.

Relativamente à Justificativa do projecto de pesquisa salienta-se que, entre às razões que motivaram a escolha do tema, sublinharam-se questões profissionais, pois como profissional da educação e futuro supervisor interessou conhecer melhor os princípios teóricos da temática da Educação Inclusiva e seu impacto prático. Para tal, teve-se como pano de fundo a situação dos alunos com Necessidades Educativas Especiais no ensino regular. Considerou-se, portanto, que uma melhor compreensão desta temática permitirá, sem dúvidas um melhor exercício profissional.

O projecto de pesquisa havia sido ainda justificado do ponto de vista social, nomeadamente no que respeita à área educacional. Considerou-se que a realização do estudo poderia permitir evidenciar elementos para um melhor entendimento da situação das crianças e adolescentes com NEE e abrir possibilidades de intervenções práticas que contribuam para o fortalecimento da Educação Inclusiva no país.

Do ponto de vista académico foi também possível justificar o referido projecto e teve-se em consideração o facto de que, por um lado, o estudo possibilitaria o cumprimento de uma das exigências para a obtenção do grau de bacharelato, do curso de Supervisão e Orientação Pedagógicas. Por outro, é de se salientar que consideramos que o estudo poderia enriquecer a produção teórica ou literária sobre o assunto, contribuindo dessa forma para a melhoria dos trabalhos no processo ensino aprendizagem, pois a análise crítica dos documentos e práticas existentes permitiriam visualizar não só as potencialidades, mas também as possíveis fragilidade da inclusão de alunos com NEE no ensino regular.

Do ponto de vista científico, salientamos que a investigação foi justificada pelo facto desta poder oferecer subsídios para análise crítica do processo de inclusão educativa dos alunos com NEE e pelo facto de poder abrir caminhos ou servir de base para outras investigações, visando formas de intervenção.

Do ponto de vista profissional, pensamos que o estudo poderia evidenciar elementos que nos permitissem intervir mais eficazmente na nossa actividade profissional, visando melhorias no atendimento das crianças com NEE. Assim, este aspecto possibilitará também melhorias de experiências como supervisor.

Ainda no âmbito do projecto de investigação, ressaltamos que a Pergunta de Partida foi delineada considerando que Cabo Verde tem seguido as orientações da UNESCO, a qual aponta para a necessidade da implementação da abordagem da Educação Inclusiva. Assim, levantou-se a seguinte problemática de pesquisa:

Os professores do ensino regular da escola “Abela” - Terra Branca”, Pólo nº XX estão preparados para lidar com os alunos com Necessidades Educativas Especiais na sala de aula?

Quanto aos Objectivos do Trabalho a proposta havia sido:

Objectivo Geral: Analisar a política de Educação Inclusiva em Cabo Verde e a situação dos alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Objectivos Específicos:

- ✓ Aferir o que a legislação propõe no Sistema Regular de Ensino para os alunos com Necessidades Educativas Especiais;
- ✓ Verificar a aplicabilidade prática das medidas de política referentes a educação de crianças com NEE, ou seja, verificar como está sendo feito o atendimento dos referidos alunos;

- ✓ Analisar, observar o quanto os professores estão habilitados a trabalhar com alunos com NEE e identificar os constrangimentos e desafios que estes professores enfrentam para garantir a inclusão educativa de crianças com NEE.

Tendo em consideração a pergunta de partida definida anteriormente, levantou-se a Hipótese de que os professores não estão devidamente habilitados para leccionarem alunos com NEE. Portanto, levantou-se a possibilidade/hipótese de que não há uma efectiva inclusão dos alunos com NEE na sala de aula, na escola “Abela” - Terra Branca do Ensino Básico, devido a vários aspectos, a saber:

- ✓ As políticas públicas apontam para a inclusão dos alunos com NEE na sala de aula, porém a aplicabilidade é deficitária;
- ✓ Os professores não estão preparados para darem respostas práticas à Educação Inclusiva e deste modo há possibilidades dos alunos enfrentarem problemas ao longo da sua escolarização.
- ✓ As instituições de formação de professores não respondem às expectativas dos professores no que respeita a formação em termos de atendimento educacional dos alunos com NEE

Para efeito do estudo e tendo em atenção a natureza da problemática levantada considerou-se pertinente utilizar como metodologia a Estratégia Composta, uma vez que seria realizado simultaneamente estudo bibliográfico, estudo documental e estudo de caso.

No estudo de caso a proposta era utilizar a entrevista como método de recolha de informações, nas quais participariam alguns professores e o gestor do pólo nº XX, escola do Ensino Básico “Abela” -Terra Branca”. De modo geral, foi proposta uma análise qualitativa dos dados obtidos.

Importa antecipar que a pesquisa bibliográfica permitiu-nos analisar as diferentes obras que tratam da temática em questão. O estudo documental (documentos oficiais e não oficiais - Leis, Regulamentos, Declarações, relatórios; planos de actividades e outros documentos, tanto internacionais quanto nacionais, relacionados também ao tema) permitiu compreender como as orientações ou filosofia da Educação Inclusiva está sendo implementada em Cabo Verde, isto em relação à educação de crianças com NEE.

Das entrevistas que foram semiabertas participaram professores (as) do primeiro ao sexto ano de escolaridade, 03 do sexo masculino e 03 do sexo feminino e o gestor do Pólo nº XX, Escola “Abela” - Terra Branca, no Concelho da Praia.

Quanto a descrição dos capítulos, salientamos que o trabalho é constituído por três capítulos a saber:

O Capítulo I, cujo título é a educação inclusiva no contexto internacional, é apresentada a fundamentação teórica do tema em que se baseou a pesquisa, tendo em consideração as orientações internacionais sobre a Educação Inclusiva. Em relação às orientações internacionais a pesquisa mostrou que ao longo dos tempos houve modificação dos conceitos no que respeita à educação da pessoa com NEE, até se chegar ao conceito mais actual de Educação Inclusiva. Ainda neste capítulo apresentam-se definições dos principais conceitos que suportam a política e a prática da Educação Inclusiva.

No Capítulo II, cujo o título é “Desafios da Educação Inclusiva em Cabo Verde” faz-se um estudo do que a legislação cabo-verdiana preconiza sobre as políticas para a educação inclusiva, a análise dos dados estatísticos disponíveis relacionados com as pessoas portadoras de deficiência, o que foi feito na linha da Educação Inclusiva até ao presente, os constrangimentos e as perspectivas de continuidade.

O capítulo III trata do Estudo de Caso e nele se apresenta a caracterização da escola “Abela” de Terra Branca, pólo nº XX, das fontes de informação, os dados obtidos e a análise dos mesmos, isto à luz da fundamentação utilizada, o que aponta para que na realidade os professores não estão preparados para atender esse público-alvo, havendo necessidade de maior aposta na formação, organização dos serviços e disponibilização de recursos.

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO INTERNACIONAL

1. Clarificando Conceitos

Para melhor compreensão do trabalho, consideramos fundamental clarificar alguns conceitos relacionados com o tema desenvolvido. Assim, procuramos apresentar com maior clareza os conceitos de: Deficiências; Educação Especial; Necessidade Educativas Especiais; Educação Inclusiva; Inclusão Escolar e Formação de Professores.

1.1 Deficiência

O conceito de deficiência tem passado, nos últimos anos por uma transformação bastante acelerada. Todavia, a partir do momento que se passa a respeitar as Necessidades Educativas Especiais de reabilitação e de escolarização dos portadores de necessidades especiais, (excluindo o uso de uma terminologia única para definir toda uma multiplicidade de pessoas a rejeição da individualidade dos sujeitos a ela submetidos), torna-se possível considerar e reconhecer, ao Portador de Necessidades Educativas Especiais, seus valores de homem com direito a vida ao social e a igualdade, que são ideais do ser humano.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) a Deficiência representa qualquer perda ou alteração grave de uma estrutura ou de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica. De certo modo, pode-se considerar que a este conceito vem atrelada, por um lado, a questão da Incapacidade que é considerada como qualquer restrição ou falta (resultante de uma deficiência) da capacidade para realizar uma actividade dentro dos moldes e limites considerados normais para um ser humano. Por outro, a Desvantagem (Handicap) que é a condição social de prejuízo sofrido por um dado indivíduo, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade que limita ou impede o desempenho de uma actividade considerada normal tendo em atenção a idade, sexo e os factores sócio-culturais.

A nível do nosso país os princípios e definições da Organização Mundial da Saúde e das Nações Unidas para a área da deficiência, prevenção, da reabilitação e da integração das pessoas portadoras de deficiência são expressos na Lei nº 122/V/2000, cujo **artigo nº 4** – apresenta as seguintes definições:

- a) Pessoa portadora de deficiência – aquela que, por motivo de anomalia, congénita ou adquirida, se encontra em situação de desvantagem para o exercício de actividades consideradas normais em virtude de diminuição das suas capacidades físicas e intelectuais;
- b) Prevenção – conjunto de medidas tendentes a evitar o aparecimento ou agravamento da deficiência e a reduzir ou eliminar os seus efeitos e consequências;
- c) Reabilitação – processo global ou contínuo que visa corrigir a deficiência e a conservar, a desenvolver ou a restabelecer as aptidões e capacidades da pessoa por forma a possibilitar a sua inserção ou reinserção na vida social;
- d) Integração – pressupõe uma plena e activa participação da pessoa na vida social e económica e uma maior autonomia possível.

As deficiências são classificadas em: Deficiências Motora; Deficiência Mental; Deficiências sensoriais que incluem a deficiência auditiva e a deficiência visual, eficiências múltiplas e graves: incluindo portadores com várias deficiências, tais como: paralisia cerebral e retardamento mental, surdo - cegueira, deficiências físicas e intelectuais graves (Censo de 2000, P: 5).

1.2 Educação Especial

A Educação Especial sofreu nos últimos vinte anos mudanças significativas que fizeram com que as crianças com NEE, que tantas vezes foram excluídas da escola, viessem a participar e a usufruir de uma educação o mais igual possível àquela recebida pelos seus companheiros do ensino regular.

Tais mudanças são atreladas a aspectos sociais mais amplos e devem-se essencialmente a um grupo de factores que vieram determinar o aparecimento de nova legislação cuja finalidade foi garantir uma educação apropriada e gratuita para toda a criança com NEE. Entre os factores que deram origem, por exemplo, à Lei Pública Americana, Lei 94-142 (The Education for All Handicapped Children Act of 1975) e ao relatório inglês “Warnock”, contam-se aqueles ligados ao crescente interesse dos pais pela qualidade da educação a ministrar aos seus filhos, o aparecimento de organizações que vieram defender os interesses das crianças com NEE, o grande caudal de investigação que permitiu formular novos modelos

de intervenção e veio levantar sérias dúvidas sobre uma grande parte das práticas educativas usadas até então¹

Ao longo da história, pode-se perceber que a Educação Especial tem sofrido modificações em seus objectivos e passado por várias redefinições.

Enquanto área de estudo e acções sobre portadores de necessidades especiais, MAZZOTTA (1982, P:10) ressalta que:

A Educação Especial está ao contrário, baseada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidade, mediante a diversificação dos serviços educacionais de modo a atender às diferenças individuais dos alunos, por mais acentuadas que elas sejam. Nesse sentido, ela representa um desafio aos educadores para encontrar caminhos e meios, estabelecer uma política de acção e criar facilidades para a provisão de recursos educacionais apropriadas a todos os educandos.

Os serviços educacionais especiais implicam, para MAZZOTTA (1982, P: 11)

Que o desenvolvimento da educação especial está estreitamente ligado a preocupação dos educadores como atendimento das necessidades educacionais daqueles alunos que não são beneficiados com os recursos educacionais comuns e que precisam de recursos especiais para suplementar os existentes. Desta forma a Educação Especial não se justifica a não ser como facilidades especiais que não estão disponíveis na escola comum e que são essenciais para determinados alunos.

O Sistema Educativo Cabo-verdiano considera a “Educação Especial” como uma das modalidades especiais de ensino, o que é observável na Lei de Base 103/III/90. Vale notar que, na subsecção V desta lei, são consideradas como modalidades especiais de ensino a “educação especial”, entendida como educação para crianças “deficientes” e educação para crianças sobredotadas. São ainda apresentadas como tal o Ensino à distância - que deve complementar o ensino recorrente e a formação contínua, o ensino recorrente destinado a adultos que exerçam uma actividade profissional em ordem a melhorar a sua formação cultural, científica e profissional - e por último apresenta educação e as comunidade Cabo-Verdianas no estrangeiro que tem por objectivo divulgar a cultura Cabo-Verdiana e preservar o sentido da nacionalidade.

¹ (In Brain /Mind – Boletim da ABC – Órgão de Circulação da Associação Brasileira de Dislexia.

1.3 Necessidades Educativas Especiais

Brennan (1988, P:36) ao referir-se ao conceito de NEE, afirma que:

Há uma necessidade educativa especial quando um problema (físico, sensorial, intelectual, emocional, social, ou qualquer combinação destas problemáticas) afecta a aprendizagem ao ponto de serem necessários acessos especiais ao currículo, ao currículo especial ou modificado, ou a condições de aprendizagem especialmente adaptadas para que o aluno possa receber uma educação apropriada. Tal necessidade educativa pode classificar-se de ligeira a severa e pode ser permanente ou manifestar-se durante uma fase do desenvolvimento do aluno.

Esta definição consubstancia o preceituado no Warnock Report (1978) que, ao referir-se às NEE, dá ênfase ao tipo e grau de problema para a aprendizagem, classificando-os de ligeiros e temporários a severos e permanentes.

Compartilhamos com Correia (1993), pois este refere-se ao conceito de NEE, afirmando que ele se aplica a crianças e adolescentes com problemas sensoriais, físicos, intelectuais e emocionais e, também com dificuldades de aprendizagem derivadas de factores orgânicos ou ambientais.

Assim, as Necessidades Educativas Especiais dividem-se:

✓ NEE permanentes:

- Exigem adaptações generalizadas do currículo, adaptando-o às características do aluno.
- As adaptações mantêm-se durante grande parte ou todo o percurso escolar do aluno.

✓ NEE temporárias:

- Exigem modificação parcial do currículo escolar, adaptando-o às características do aluno num determinado momento do seu desenvolvimento.

1.4 Educação Inclusiva

A abordagem da Educação Inclusiva baseia-se no princípio da inclusão e reconhecimento da necessidade de conseguir escolas para todos, que aceitem as diferenças, apoiem a aprendizagem e respondam às necessidades individuais. Isto quer dizer que essa abordagem defende não só inclusão dos alunos com NEE no espaço físico, mas também que as escolas devem buscar maneira de dar respostas pedagógicas adequadas a esses alunos, adaptando-se às suas necessidades de modo a responder à diversidade, sabendo que numa sala de aula há

crianças com princípios, cultura, meios diferentes. É necessário arranjar forma de se adaptar a esses alunos, dando lhes as mesmas oportunidades, direitos e deveres.

1.5 Escola Inclusiva

Segundo a Declaração de Salamanca (1994, P: 21)

O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todos os alunos devam aprender juntos sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. As escolas inclusivas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto, de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.

Para complementar recorremos ainda a Santos (2004, P: 214), pois consideram que a

Inclusão escolar refere a todas as formas possíveis por meio das quais se busca, no decorrer do processo educacional escolar, combater a exclusão, maximizando a participação em educação de todos os alunos dentro de uma área, quaisquer que sejam as origens das barreiras que experimentam em sua aprendizagem.

1.6 Formação de Professores

Quanto ao recrutamento e treino de pessoal docente, a Declaração de Salamanca (1994, P: 32) afirma que:

A preparação adequada de todo o pessoal educativo é o factor-chave na promoção das escolas inclusivas. Apelamos a todos os governos e incitamo-los a: Garantir que, no contexto dum intercâmbio sistemático, os programas de formação de professores, tanto a nível inicial como em serviço, incluam as respostas às NEE nas escolas inclusivas. O maior desafio consiste em organizar formação em serviço para todos os professores, tendo em consideração as diversas e, muitas vezes, difíceis condições em que trabalham.

Freitas (2004, P: 246)

A formação do professor, de um modo geral (EE ou educador da classe comum), deve incluir programas/conteúdos que desenvolvam competências de um profissional intelectual para actuar em situações singulares. Portanto, a formação é aqui entendida:

Como processo contínuo e permanente de desenvolvimento, o que pede do professor disponibilidade para a aprendizagem; da formação que o ensine a aprender; e do sistema escolar no qual ele se insere como profissional, condições para continuar aprendendo. TARDIF (2002, P:177)

Ainda segundo Oliveira (2004, P: 242)

Vários autores como, por exemplo, Moraes (2001), Leite (1997), Fusari & Rios (1994), entre outros, vêm demonstrando a necessidade e a importância da formação continuada. Os princípios da uma Educação Inclusiva trazem subjacente a ideia de formação continuada do professor. Oliveira (2002) aponta que “é preciso criar na escola espaços de reflexão (...) o que poderá levar a modificações importantes no pensar e no fazer, característica de uma praxis pedagógica” (p.302).

Como vemos, a formação contínua permitirá uma permanente reflexão sobre o fazer pedagógico para enfrentar os desafios constantemente colocados para a superação das dificuldades do cotidiano escolar.

Segundo (Sim-Sim 1995, P: 42)

mais do que sensibilizar para a Educação Especial, é necessário formar (todos) os professores no respeito pela diferença e pelas dificuldades individuais. Só assim fará sentido falar de escolas inclusivas e de sistemas educativos regidos por princípios integradores, onde todas as crianças da mesma comunidade aprendam em conjunto, salvaguardadas as Necessidades Educativas Especiais de cada uma (...).

Falar de uma Educação Inclusiva que pressupõe, entre outras coisas, a inserção de alunos com deficiência em classes comuns do ensino regular, é falar de uma pedagogia de suporte para que as diferenças não sejam meros pretextos para a não-aprendizagem.

Assim formar professores competentes e qualificados pode ser o alicerce para que se garanta o desenvolvimento de TODOS os alunos, entre eles, os com deficiências.

Essa tarefa não é simples. De acordo com Gonzalez (2002), a formação inicial deve ser capaz de levar o professor a assumir uma postura reflexiva permanente sobre seu ensino: ainda para o autor: Será necessário prestar uma maior atenção ao contexto social, político e cultural da escola, com a finalidade de fazer o professor em formação compreender que a tolerância e a flexibilidade diante das diferenças individuais, sejam do tipo que forem, deve ser uma forma de comportamento habitual na sala de aula, fortalecendo uma formação capaz de enfrentar os desafios de uma educação pluralista.

A integração e a inclusão exigem, pois, mudanças, a nível das atitudes e da prática pedagógica dos professores, a nível da organização e gestão de sala de aulas e da própria escola, a nível da sua própria postura enquanto instituição.

2. A Educação Inclusiva

2.1 Antecedentes da Inclusão

Dado as mudanças ocorridas ao longo da história nas atitudes sociais ao atendimento às pessoas com deficiências, as políticas para a educação especial vem-se caracterizando pelo movimento da Educação Inclusiva, numa lógica da luta contra a exclusão social.

Da análise da trajetória da Educação Especial, é possível identificar que o período que antecede o século XX é marcado por atitudes sociais de exclusão educacional de pessoas com deficiência, porque eles eram considerados indignos ou incapazes de receber uma educação escolar, essas pessoas eram marginalizadas e segregadas.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, que afirma que Todo o ser Humano tem Direito à Educação, os portadores de deficiência passaram a ter algumas oportunidades.

Na década de 50 começaram a surgir as primeiras escolas especializadas e as classes especiais. A Educação Especial se consolidava como um subsistema da Educação Comum. Foi um período no qual predominou a concepção de atendimento aos alunos com deficiência acompanhada pela atitude do assistencialismo, instituições filantrópicas.

Com o surgimento da proposta de integração, na década de 70, os alunos com deficiência começaram a frequentar as classes comuns, mas coexistia também uma atitude de marginalização por parte dos sistemas educacionais, que não ofereciam as condições necessárias para que os alunos com deficiência alcançassem sucesso na escola regular.

Segundo Mrech (1998), a proposta de educação Inclusiva surgiu nos Estados Unidos, em 1975, com a lei público nº 94.142, que abriu possibilidades para a entrada de alunos com deficiência na escola comum, que estabelece a modificação dos currículos e a criação de uma rede de informação entre escolas, bibliotecas, hospitais e clínicas.

Os pressupostos que levaram os Estados Unidos a implementarem essa proposta era de minimizar os efeitos da guerra por meio de um discurso que prometia assegurar direitos e oportunidades de igualdade a todos os cidadãos. Os alunos com deficiência foram inseridos nesse plano e conquistaram o direito de estudar em escolas regulares.

É nessa década que também surgiu o conceito de “necessidades educativas especiais” no então chamado Relatório Warnock (1978) apresentado ao parlamento do Reino Unido, pela Secretária do Estado para Educação e Ciência, Secretaria do Estado para a Escócia e a

Secretaria do estado para o País de Gales. Esse relatório, organizado pelo primeiro Comité do Reino Unido presidido por Mary Warnock, foi constituído para rever o atendimento aos deficientes.

O conceito foi adoptado em 1994 na “Declaração de Salamanca” (UNESCO, 1994).

2.2 Orientações Internacionais da Educação Inclusiva

Do ponto de vista mundial é de se destacar que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como agência internacional que responde pela educação, tem vindo a estabelecer eixos orientadores para a educação, tendo como fio condutor a filosofia de “Educação para Todos”.

Dos acontecimentos ocorridos nas últimas décadas destacamos o facto que em 1990, se ter realizado na Tailândia (em Jomtien) a Conferência Mundial sobre “Educação para Todos”, da qual resultou a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” e o “Plano de Acção para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”.

2.2.1 Declaração Mundial sobre Educação para Todos

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990, P: 3) no seu artigo 1º, define que:

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educacionais voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e escrita, a expressão oral, o cálculo e a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos de aprendizagem (como conhecimentos, habilidades e valores) necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver, trabalhar com dignidade, participar das decisões fundamentais e continuar aprendendo.

2.2.2 Declaração de Salamanca

Tendo em atenção as pessoas que apresentam Necessidades Educativas Especiais houve necessidade de se reflectir sobre as estratégias a serem delineadas para fazer com que este grupo específico tenha seu direito à educação garantido. Assim, em 1994 realizou-se em Salamanca, Espanha, a Conferência Mundial sobre “Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade”, realizada em Junho de 1994 na qual participaram mais de trezentos representantes de 92 governos incluindo o de Cabo Verde – e representantes de 25 organizações internacionais.

Desta Conferência resultou a Declaração de Salamanca (1994) que dispõe sobre os Princípios, Políticas e Práticas para garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com Necessidades Educativas Especiais no quadro do sistema regular de educação. Os conferencistas do encontro de Salamanca (Declaração de Salamanca, 1994, P: 9)² afirma:

2. Acreditamos e proclamamos que:

- cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem,
- cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias,
- os sistemas de educação devem ser planeados e os programas educativos devem ser implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades,
- as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares que a elas se devem adequar, através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades,
- as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo qualidade, de todo o sistema educativo.

² UNESCO: Necessidades Educativas Especiais. Edição do Instituto de Inovação Educacional. Distribuído no n. 1 do v. 7 da revista INOVAÇÃO. (Declaração de Salamanca de Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais – dotado pela Conferência Mundial da UNESCO sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca, 7 à 10 de Junho de 1994).

3. apelamos a todos os governos e incitamo-los a:

- conceder a maior prioridade, através das medidas de política e através das medidas orçamentais, ao desenvolvimento dos respectivos sistemas educativos, de modo a que possam incluir todas as crianças, independentemente das diferenças ou dificuldades individuais,
- adoptar como matéria de lei ou como política o princípio da educação inclusiva, admitindo todas as crianças nas escolas regulares, a não ser que haja razões que obriguem a proceder de outro modo,
- garantir que, no contexto dum intercâmbio sistemático, os programas de formação de professores, tanto a nível inicial como em serviço, incluam as respostas às necessidades educativas especiais nas escolas inclusivas.

O princípio da educação inclusiva é, portanto, que “as escolas devem acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (Declaração de Salamanca, 1994, P: 21).

Assinala-se ainda, entre outros itens, que “os sistemas escolares devem incluir: crianças portadoras de deficiências, super dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem étnica ou culturais e outros grupos em desvantagem ou marginalizados”.

É oportuno salientar que a Educação Inclusiva reforça a necessidade da escola e implica um engajamento maior de todos, pois

ao mesmo tempo em que a escola provê um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidade e participação total, o sucesso deles requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e outros profissionais da escola, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários. Deste ponto de vista, a reforma das instituições sociais não constitui somente uma tarefa técnica; ela depende acima de tudo de convicções, compromisso e vontade dos indivíduos que compõem a sociedade (Declaração de Salamanca, 1994, P: 21).

Segundo Gordon Porter (1994), a escola inclusiva é um sistema de educação e ensino onde os alunos com NEE, incluindo os alunos com deficiência, são educados na escola do bairro, em ambientes de salas de aula regulares, apropriadas para a sua idade (cronológica), com colegas que não têm deficiências e onde lhes são oferecidos ensino e apoio de acordo com as suas capacidades e necessidades individuais.

Assim, o conceito de escola inclusiva enquadra-se no princípio da igualdade de oportunidades educativas e sociais a que todos os alunos, sem excepção, têm direito, pretendendo significar que todos os alunos devem (ou têm o direito de) ser incluídos no mesmo tipo de ensino.

Isto é proposto como princípio, porque na realidade há que se atender às diferenças individuais, no sentido de potencializar o desenvolvimento de acordo com as características de cada aluno, o que implica a flexibilização da organização escolar, das estratégias de ensino, da gestão dos recursos, dos currículos, entre outros aspectos.

Fundamentalmente, a escola inclusiva pretende marcar a passagem dum modelo tradicional - sistema paralelo de educação especial - em que havia, em alguns países como Portugal e Brasil, turmas e até mesmo instituições específicas de ensino especial, focalizado na deficiência do aluno e ministrado por professor de educação especial - para um novo modelo em que os alunos com NEE são incluídos nas turmas ditas "normais", ou seja, no ensino regular. Esta inclusão ocorre, não apenas nas actividades curriculares, mas também em todas as outras actividades extracurriculares desenvolvidas na escola, procurando atenuar as diferenças, aceitá-las e respeitá-las, o que é fundamental, inclusivamente em termos de cultura escolar.

O termo inclusão foi oficializado no Encontro de Salamanca na Espanha em 1994, sobre Necessidades Educativas Especiais, foi emitido nesta ocasião, um documento sobre os princípios, a política e a prática da educação para os Portadores das Necessidades Educativas Especiais (PNEES) e aponta a urgência de acções educacionais capazes de reconhecer a diversidade de seres, e atender quaisquer que sejam as suas necessidades físicas, sociais e linguísticas. Estariam aí incluídos os Portadores das Necessidades Educativas Especiais, as crianças de rua, as que trabalham, os nómadas e as minorias culturais e sociais.

De acordo com a visão inclusiva, o termo integração não faz sentido porque na inclusão, o objectivo principal é não deixar nenhum aluno fora do ensino regular; significa que tem que incluir também com distúrbios severos e com múltiplas deficiências.

A inclusão desses alunos não é uma conquista fácil, mas possível e urgente. Para que ela se torne uma realidade, o sistema educacional deve se reestruturar, deixando claro que não são os Portadores de Necessidades Educativas Especiais que têm que se adaptar à escola mas sim esta que se deve transformar para incluir todos

Pode-se esclarecer, inicialmente, que a inclusão não é depositar todos os alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais na classe regular, sem dar ao professor e a escola suporte necessário à sua acção e também não é ignorar que seus alunos são seres únicos, mas que têm Necessidades Educativas Especiais.

CAPÍTULO II

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CABO VERDE

2. 1. A Legislação e Documentos oficiais que a suportam a educação de pessoas com NEE no contexto Cabo-verdiano

Cabo Verde como país signatário de várias convenções em termos educacionais da UNESCO tem vindo a trabalhar na via da aplicabilidade desses acordos. Como país que nunca teve um percurso histórico na criação de um sistema de Educação Especial paralelo ao Ensino Regular, vem trabalhando no sentido de desenvolver escolas inclusivas,

A Declaração de Salamanca (1994, P: 22) aconselha

os países que tenham poucas ou nenhuma escolas especiais a concentrar os seus esforços no desenvolvimento de escolas inclusivas e dos serviços especializados de que estas necessitam, para poder responder a vasta maioria das crianças e dos jovens: programas de formação de professores sobre necessidades educativas especiais e centros de recursos bem equipados e dotados do pessoal adequado, que possam responder aos pedidos de apoio das escolas. A experiência, sobretudo nos países em via de desenvolvimento, demonstra que o custo elevado das escolas especiais implica que, na prática, só uma pequena minoria, normalmente uma elite urbana, possa delas usufruir. Consequentemente, a grande maioria dos alunos com necessidades especiais, sobretudo nas regiões rurais, não recebem qualquer apoio (...).

De facto estima-se que em muitos países em vias de desenvolvimento, os alunos com necessidade especiais que são abrangidos pelos recursos existentes são menos de 1%. No entanto, a experiência também indica que as escolas inclusivas – as que servem todas as crianças duma comunidade – conseguem obter mais apoio da comunidade e utilizar duma forma mais imaginativa e inovadora os limitados recursos disponíveis.

Fundamentalmente, a escola inclusiva pretende marcar a passagem dum modelo tradicional, em que nos países onde havia turmas específicas do ensino especial, centrado no professor de educação especial, para um novo modelo em que os alunos com Necessidades Educativas Especiais são incluídos nas turmas ditas "normais" ou no ensino regular.

Esta nova realidade escolar requer professores especialistas que saibam como actuar com os alunos com NEE, mas também os professores sem especialização a este nível necessitam de saber como intervir face às diferenças entre os alunos de uma mesma turma. Daí o conceito de professor generalista que, para além da formação específica no domínio dos conhecimentos da sua área de docência, deve ser capaz de adequar as estratégias de ensino à especificidade dos seus alunos (este aspecto tem a ver com a capacidade de adopção de mecanismos de diferenciação pedagógica e a tal flexibilidade que permita atender às diferenças individuais).

2.1.1 A Lei Orgânica do Ministério da Educação

De acordo com a Lei Orgânica do Ministério da Educação³ (2001, P: 632) cabe à Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário (DGEBS) superintender os estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário e apoiá-los pedagogicamente.

A missão da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário é: transmitir conhecimentos e valores para que as crianças e jovens desenvolvam competências que lhes permitam ter um projecto de vida e serem cidadãos íntegros.

Tendo em consideração a pertinência do nosso estudo sobre a temática cabe-nos ainda reforçar que segundo a Lei Orgânica do Ministério da Educação (idem 632) cabe à DGEBS entre outras tarefas a de:

Contribuir para a re-inclusão no sistema escolar, de crianças e adolescentes em idade escolar que o tenham abandonado;

Contribuir para a criação de alternativas de reabsorção de crianças e adolescentes excluídos do sistema educativo;

Impulsionar a elaboração do plano de formação inicial, em exercício e permanente do pessoal docente e acompanhar a sua execução.

Tendo em apreciação o nosso objecto de pesquisa, nos debruçaremos especificamente sobre o Subsistema Ensino Básico.

Segundo ainda a Lei Orgânica do Ministério da Educação, a Direcção da Educação Pré-Escolar e Básica é o serviço que superintende na orientação e coordenação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e básica, incumbindo-lhe, entre outras tarefas a de:

³ Decreto-lei nº 25/2001/de 05 de Novembro.

Promover a integração sócio – educativa das crianças com necessidades educativas especiais, nomeadamente das portadores de deficiências;

Cooperar com o Instituto Pedagógico e outras institucionais vocacionadas na definição de prioridades nacionais em matéria de formação contínua de docentes;

A Lei de Base do Sistema Educativo - LBSE (1990, P: 23), consigna o Ensino Básico como universal e obrigatório e compreende 6 anos de escolaridade. Desenvolve-se num ciclo único e contínuo, organizado em três fases de 2 anos cada. A média da faixa etária dos alunos está compreendida entre os 6/7⁴.

Os objectivos do Ensino Básico visam, fundamentalmente o desenvolvimento pessoal do indivíduo e a sua integração na sociedade; a aquisição de conhecimentos que permitam a compreensão do meio envolvente e de atitudes que se traduzam no apreço pelo trabalho manual e no interesse pelos ofícios e profissões; O desenvolvimento de capacidades físicas e da criatividade e sensibilidade artística.

Os ensinos são globalizante e ministrado, nas três fases em regime de professor único.

2.1.2. Principais Indicadores do ensino Básico

Segundo o Anuário da Educação 2004/05 elaborado pelo Gabinete de Estudos e Planeamentos (GEP) do Ministério da Educação e Ensino Superior a nível nacional, o Ensino Básico apresenta Indicadores do Ensino Básico⁵.

É relevante realçar que de uma taxa populacional a nível nacional, isto é de 434.263 mil habitantes, aproximadamente 20% representa o número de alunos matriculados no EB.

Quanto à formação dos professores constata-se que 52,1%, o que corresponde a, 1.663 têm professores, tendo estes a formação do IP e 2ª Fase. Os 825 professores que representam uma taxa de 25,9 % não tem o IP e os restantes 22,0%, representando 702 professores não possuem uma formação adequada para o exercício da função, enquadrando-se assim no perfil sem formação.

Podemos ainda considerar que 78% dos professores, o que corresponde a 2.488 (perfil1 + perfil2), estão habilitados para o exercício das funções no EBI.

⁴ Os alunos que frequentarem os dois últimos anos do Pré-Escolar podem matricular-se no EBI, desde que completem 6 anos de idade até 31 de Dezembro do ano de matrícula. Os que não frequentaram aquele nível, só pode matricular-se no EBI com 7 anos.

⁵ Conferir anexo 3: sobre Principais Indicadores do Ensino Básico (2004/05).

Tendo em consideração a taxa de abandono e a taxa de reprovação, que situam a volta dos 15.4%, em relação à taxa de aproveitamento, podemos considerar um indicador elevado, isto ao se ter em conta o alto índice de professores formados.

Tendo em consideração que a redução da taxa de repetência, contribui para a melhoria da eficácia interna e faz parte de um conjunto de acções incluídas no Plano Nacional de Acções – Educação para Todos (PNA-EPT), podemos considerar que esse aumento da taxa de repetência não vem atendendo essa expectativa da Melhoria de Qualidade de Ensino

Para elevar a qualidade da educação é preciso antes de mais melhorar o recrutamento, formação, estatuto social e condições de trabalho dos professores, pois estes só poderão responder ao que deles se espera se possuírem os conhecimentos e competências, as qualidades pessoais, as possibilidades profissionais e a motivação requeridas⁶

2.1.3 A Constituição da República de Cabo Verde

A Constituição da República de Cabo Verde (1992, P: 14), no seu **artigo 22º** consagra o seguinte:

Todos os cidadãos têm igual dignidade social e são iguais perante a lei, ninguém podendo ser privilegiado, beneficiado ou prejudicado, privado de qualquer dever por razões de raça, sexo ascendência, língua, origem, religião, condições sociais e económicas ou convicções políticas ou ideológicas.

Ainda na Constituição da República de Cabo Verde (1999, P:46) destaca, no seu **artigo 75º** “Direitos de portadores de deficiente”, o seguinte:

1. Os portadores de deficiência têm direito à especial protecção da família, da sociedade e dos poderes públicos.
2. Para efeitos do número anterior, incumbe aos poderes públicos, designadamente:
 - a) Promover a prevenção da deficiência, o tratamento, a reabilitação e a reintegração dos portadores de deficiência, o tratamento, a reabilitação e a reintegração dos portadores de deficiência, bem como as condições económicas, sociais e culturais que facilitem a sua participação na vida activa;
 - b) Sensibilizar a sociedade quanto aos deveres de respeito e de solidariedade para com os portadores de deficiência, fomentando e apoiando as respectivas organizações de solidariedade;
 - c) Garantir aos portadores de deficiência prioridade no atendimento nos serviços públicos e a eliminação de barreiras arquitectónicas e outras no acesso a instalação públicas e a equipamento sociais;

⁶ Educação, um tesouro a descobrir, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, 2ª edição, ed. ASA, UNESCO, P:131.

- d) Organizar, fomentar e apoiar a integração dos portadores de deficiência no ensino e na formação técnico – profissional.

2.1.4. Lei de Bases do Sistema Educativo Cabo-verdiano

A Lei de Bases do Sistema Educativo de Cabo Verde (LBSE)⁷, na subsecção V apresenta as Modalidades Especiais de Ensino.

No **artigo 44º** da mesma Lei (p. 21) “Educação Especial” prevê que:

- 1- As crianças e jovens portadores de deficiências – físicas ou mentais se beneficiarão de cuidados educativos adequados cabendo ao Estado a responsabilidade de assegurar gradualmente os meios educativos necessários e de apoiar iniciativas autárquicas e particulares conducentes ao mesmo fim, visando permitir a sua recuperação e integração sócio – educativa.
- 2- No âmbito do disposto no número anterior, à educação especial cabe essencialmente:
 - a) Proporcionar uma educação adequada às crianças e jovens deficientes com dificuldades de enquadramento social;
 - b) Possibilitar o máximo desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais dos deficientes;
 - c) Apoiar e esclarecer as famílias nas tarefas que lhes cabem relativamente aos deficientes, permitindo a estes uma mais fácil inserção no meio sócio-familiar;
 - d) Apoiar o deficiente com vista a salvaguarda do equilíbrio emocional;
 - e) Reduzir as limitações que são determinadas pela deficiência;
 - f) Preparar o deficiente para a sua integração na vida activa.

Considerando os propósitos da pesquisa, interessa antecipar também que o **artigo 45º** “Educação para crianças deficientes” da mesma lei refere que:

1. A educação especial organiza-se segundo métodos específicos de atendimento adaptados às características de cada grupo.
2. A educação especial destinada a deficiente poderá ser desenvolvida em instituições específicas desde que o grau de deficiência o justifique.
3. A educação especial poderá desenvolver-se, para efeitos do cumprimento da escolaridade básica, de acordo com currículos, programas e regime de avaliação adaptados às características do educando.
4. A integração em classes regulares de crianças e de jovens portadores de deficiência será promovida sempre que daí resultem vantagens para a sua educação e formação tendo em conta as necessidades de atendimento específico e apoio dos professores, pais ou encarregados de educação.
5. O ministério da Educação providenciará em coordenação com outros sectores estatais a criação de oficinas adequadas, onde os jovens deficientes possam prosseguir a sua integração social e profissional após a escolaridade ou em sistema de aprendizagem, em regime de estudos alternativos.

⁷ Lei 103/III/90 de 29 de Dezembro.

A mesma Lei refere-se ainda à educação para as crianças sobredotadas e prevê no **artigo 46º** que:

O Estado providenciará ainda no sentido de serem criadas condições especializadas de acolhimento de crianças com ritmo superior de aprendizagem, com o objectivo de permitir o natural desenvolvimento das suas capacidades mentais

2.1.5. A Lei 122/V/2000 – Estabelece Bases Gerais da Prevenção Reabilitação e Integração Social

O Estado de Cabo Verde tendo em consideração os princípios e definições da Organização Mundial da Saúde e das Nações Unidas na área da deficiência, da reabilitação e da integração das pessoas com história de deficiência, legislou neste domínio, estabelecendo as Bases Gerais da Prevenção, Reabilitação e Integração das pessoas portadoras de deficiência através da Lei nº 122/V/2000

No Capítulo III da mesma lei são prescritas as áreas de intervenção como a da Educação, da saúde, da cultura, do desporto, do emprego e formação profissional, da protecção social, da acessibilidade e de outras que visem, favorecer a autonomia pessoal das pessoas portadora de deficiência.

No que consigne a educação a Lei 122/V/2000, no **artigo 11º Educação**, diz que:

- 1- A intervenção no sistema educativo visa proporcionar a progressiva integração dos portadores de deficiência no sistema de ensino.
- 2- O Estado em colaboração com outras instituições promove o ensino especial.

2.1.6. Plano Nacional de Acção de Educação para Todos

A realização do Fórum Mundial de Educação realizado em 2000, em Dakar, Senegal que teve por objectivo fazer uma avaliação do que foi cumprido na década anterior dentro do preconizado “Educação para Todos” lançada em Jomtien. Constatou-se que apesar de alguns avanços, não se cumpriu o deliberado, assim foi ratificado o preconizado “Educação para Todos” com o objectivo de se atingir os objectivos até 2015.

Cabo Verde elaborou o seu Plano de Acção de Educação Para Todos propondo atingir os objectivos do Fórum Mundial de Dakar que visam:

Desenvolver e melhorar todos os aspectos que dizem respeito à protecção e à educação da pequena infância, particularmente às crianças mais vulneráveis e desfavorecidas;

Fazer com que até 2015 todas as crianças, especialmente as raparigas – com especial incidência nas camadas mais pobres –, as crianças que trabalham e as que são detentoras de necessidades educativas especiais – tenham acesso a um ensino básico de qualidade, o qual deve ser concluído com sucesso;

Responder às necessidades educativas de todos os jovens, assegurando-lhes, segundo o princípio da equidade, o acesso a programas adequados ao ensino e à aquisição de competências indispensáveis para a sua vida quotidiana;

Melhorar a qualidade da educação sob todos os aspectos, com vista a obter resultados reconhecidos e quantificáveis no domínio das aprendizagens, no concernente à leitura, à escrita, ao cálculo, e às competências indispensáveis para a vida quotidiana.

Ainda como medidas de política relacionado a Educação Especial o (Plano Nacional de Educação para Todos 2002, P:57) apresenta para o período 2003-2010 o:

Reforço nos currículos e nas práticas pedagógicas dos professores do EBI, dos valores relacionados com a cidadania, a democracia, o ambiente, a paz e a justiça;

Reforço das equipas concelhias de apoio aos alunos deficientes com dificuldade de aprendizagem;

Implementação de centros integrados de recursos e competências para apoio à inovação de metodologias de formação de quadros e professores;

Adaptação de algumas escolas existente e das novas escolas às crianças com Necessidades Educativas Especiais;

2.1.7 Plano Estratégico de Educação

O Plano Estratégico de Educação (2003, P:53), define as principais orientações estratégicas e das acções a empreender no sector educativo, reforçando as medidas de política do PNA-EPT, propondo:

Reforço dos programas de formação e de capacitação de professores;
A integração nos programas de formação inicial e contínua dos professores de EBI de temáticas ligadas ao Ensino Especial e à educação de adultos, (Idem).

Adaptação de algumas escolas existentes e das novas escolas às crianças com necessidades educativas especiais;

Reforço da formação contínua de professores em matéria de Necessidades Educativas Especiais;
 Reforço das equipas concelhias de apoio aos alunos deficientes com dificuldades de aprendizagem.

2.1.8. Programa do Governo

A educação de crianças e jovens com NEE tem sido uma preocupação dos diversos governos e é nesta linha que o Programa do Governo da VII Legislatura (2006-2011) prevê o fortalecimento da Educação Especial com ênfase na integração escolar das crianças com NEE (Programa do Governo (2006, P: 39).

Tendo em consideração a política da educação inclusiva que requer professores capacitados e escolas adaptadas às novas exigências, no meu entender o programa deve fortalecer a Educação Especial na problemática da formação dos professores na área do atendimento das crianças com necessidades educativas especiais, e criando espaços físicos adaptados às situações de modo a garantir uma melhor integração escolar das crianças.

Na análise que de seguida apresentaremos sobre os dados estatísticos das pessoas portadoras de deficiência em Cabo Verde, observamos que uma boa percentagem dessa camada social não tiveram nenhum grau de ensino, e nem se encontram no sistema o que pressupõem que no país não tiveram oportunidade do atendimento específico em instituições supra citadas, o que pode levar a uma exclusão social, a um não cumprimento das medidas e políticas preconizadas pelo Governo a própria lei garante mas na prática, esse atendimento não acontece com o objectivo de assegurar às pessoas portadoras de deficiência, igualdade de direitos e oportunidades e uma participação plena na vida activa. E os que tiveram algum grau de escolarização tem sido na escola regular uma vez que uma vez que a educação especial não ter sido um sistema em instituição separado do ensino regular em Cabo Verde.

No ponto seguinte retomaremos a análise da situação dos deficientes em Cabo Verde.

2.2 Dados Estatísticos das Pessoas Portadoras de Deficiência em Cabo Verde

2.2.1 População Portadora de Deficiência

Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas, existem no mundo cerca de 600 milhões de pessoas portadoras de deficiência onde cerca de 180 milhões são crianças, em que pelo menos 400 milhões dessas encontram-se nos países em via de desenvolvimento e cerca de 80 milhões vivem no continente africano (INE, 2000).

Cabo Verde mesmo sendo um país sem guerra e sem catástrofes vem aumentando o número da população portadora de deficiência, como possíveis causas para esse aumento poderá ser acidente de trabalho, de viação, algumas doenças como paralisia cerebral, epilepsia (sintoma de uma desordem neurológica), isso devido aos poucos recursos em termos de respostas a nível do país que muitas vezes tem de recorrer à cooperação internacional para evacuação dos pacientes.

Segundo o censo de 2000, 3,2% da população do país são pessoas com deficiência equivalendo, portanto, a 13.948 pessoas.

Nesta perspectiva e dado a nossa pesquisa sobre o tema em análise torna-se imprescindível ter uma visão sobre a educação dessa camada social que dado a sua particularidade quer por motivos de doenças, acidente de trabalho, catástrofes, guerra, ou por outro motivos, dado que uma percentagem elevada não teve atendimento específico no atendimento das suas necessidades educativas especiais.

Pelos dados estatísticos do INE (censo 2000) é notável que um bom número dos portadores de deficiência não têm acesso à educação, isso por um lado tendo em consideração a LBSE de 1990 em relação ao censo volvidos dez anos é a única lei que considere as modalidades de ensino para os deficientes dentro do sistema educativo normal e outro sim por não ter havido instituições/atendimento especializado voltados para os deficientes, ou um atendimento a um grupo de indivíduos com uma determinada característica, ou em classes ditos especiais, mesmo tendo havido nessa década um conjunto de legislação e documentação orientadores dos princípios para a integração de pessoas portadoras de deficiência.

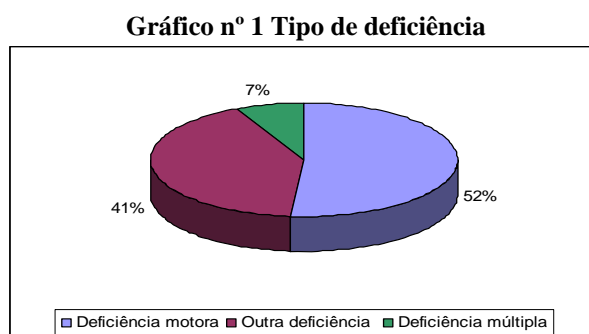
2.2.2 Caracterização da população portadora de deficiência por tipo de deficiência

Da análise do censo 2000, que foi realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas constatou-se que aproximadamente 14.000 pessoas, o que corresponde 3,2% da população do país, são pessoas com deficiência.

Segundo o censo (INE, 2000, P: 15) desse número de deficiência, 52% é motora o que inclui a paralisia cerebral, paralisia total e paralisia dos membros ou dos lados, 7% representa a deficiência múltipla que é a combinação de duas ou mais deficiências e 41% é relativo outras deficiências tais como cegueira, surdez e a mudez.

Como possíveis causas para o número elevado de deficiente motor poderá estar na origem, acidente de trabalho, de viação, algumas doenças como paralisia cerebral, epilepsia (sintoma de uma desordem neurológica), também a prevenção de algumas doenças através de vacinas.

O gráfico⁸ apresentado na sequência ilustram a abrangência do tipo de deficiência.

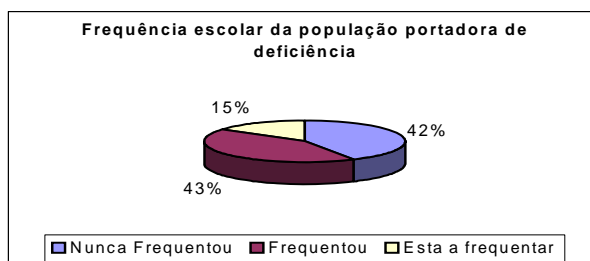


Fonte: INE (RGPH) – Censo 2000

2.2.3. A Educação da população portadora de deficiências

Analisando os dados da repartição da população de 4 anos e mais por sexo segundo a frequência escolar podemos inferir que no total de 13.631 portadoras de deficiências, 58% que corresponde a 7.917 deficientes frequentou ou está a frequentar a escola, sendo 5.831 (43%) frequentou e 2.086 (15%) está a frequentar, enquanto que 5.714 (42%) nunca frequentaram a escola⁹, como podemos verificar no gráfico que se segue.

Gráfico nº 2. Repartição da população de 4 anos e mais segundo a frequência escolar



Fonte: INE (RGPH) – Censo 2000

Tendo em consideração a percentagem de 42 % correspondente a população de 4 anos e mais que nunca frequentaram a escola é manifesto de que os portadores de deficiência nessas faixas etária não tiveram tido oportunidades nem acesso a uma educação de acordo com o legislado e preconizado em vários documentos orientadores dos princípios de igualdade e de oportunidades.

⁸ Para mais informações conferir anexo 4: Quadro de Repartição da população portadora de deficiência segundo tipo de deficiência por sexo.

⁹ Conferir anexo 5: Quadro sobre Repartição da população de 4 anos e mais por sexo segundo a frequência escolar.

Tendo em conta o número total de deficientes na faixa etária dos 4-5 anos¹⁰, idade da entrada no pré-escolar, podemos concluir que um número bastante significativo não frequentou a escola, isto é, 159 (59%), enquanto que 11 (4%) frequentou a escola. Observa-se também que 99 efectivos, o que corresponde a 37%, está a frequentar a escola.

Somos iniciados a concluir que essa baixa percentagem dos portadores de deficiências no pré-escolar, deve-se ao facto de este nível de ensino não é obrigatório nem universal e que os estabelecimentos de ensino, não estão em princípio preparados para atender essas crianças, devido alguns factores, como a sensibilidade dos pais em levarem os filhos ao Jardim, ainda mais a protecção dos pais por ser uma criança deficiente, a própria sociedade como vê essas crianças e os monitores dos jardins não terem uma formação adequada para o atendimento das crianças.

Segundo o gráfico nº 3, do total de 269 crianças nessa faixa etária 59% nunca frequentaram jardim

Convém salientar que a taxa de incidência de deficiência nesta faixa etária é bastante baixa, se considerarmos que apenas 269 indivíduos apresentam deficiências, num universo de 13.631 portadoras de deficiência. Isto pode estar relacionado com a melhoria das condições sanitárias e prevenção contra as doenças.

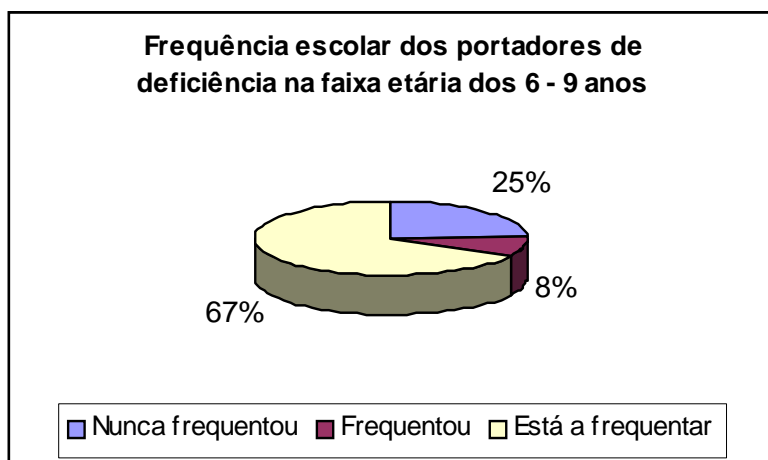
Este cenário muda com a faixa etária dos 6-9 anos e 10-14 anos, que é a idade da entrada e permanência no Ensino Básico, pois esta etapa de ensino é obrigatório e universal e devido a sensibilização para o atendimento dos portadores de deficiência. Por isso, nesse nível de ensino há uma boa percentagem dos portadores de deficiências a frequentarem o Ensino Básico. Os dados indicam que 568 (67%) está a frequentar a escola.

Na faixa etária dos 10 – 14 anos, que é o momento de transição do Ensino Básico para o Ensino Secundário, apesar de nesta faixa há uma maior numero de deficientes (1192), a tendência é de reduzir os que nunca frequentaram a escola, 160 (13%), e os que frequentaram e está a frequentar é de 125 (10%) e 907 (77%) respectivamente. Isto representa um aumento bastante significativo.

¹⁰ Conferir anexo 6: Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência segundo a frequência escolar por grupo etário.

Gráfico 3 – Frequência escolar dos deficientes na faixa etária dos 6-9

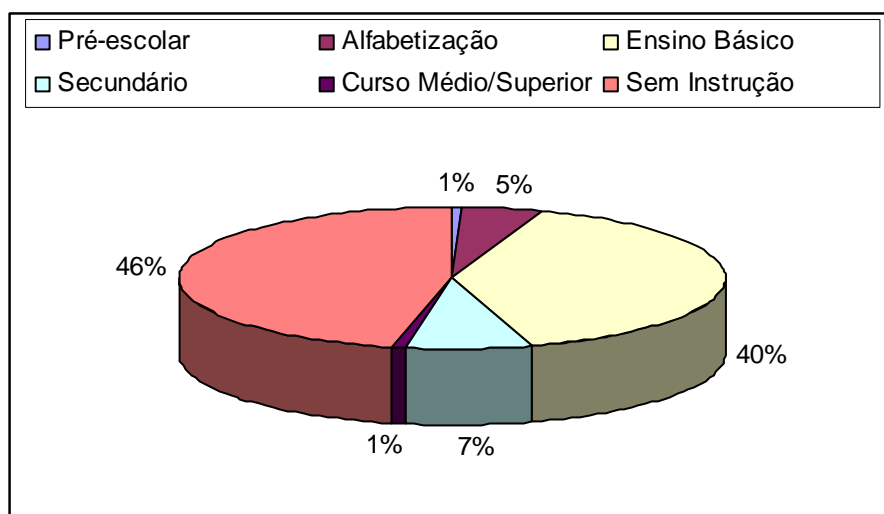
Fonte: INE (RGPH) Censo 2000

**Quadro 1. Nível de instrução da população de 15 anos e mais pd por grupo etário e sexo**

Nível de instrução	População portadora de deficiência de 15 anos e +		Grupo etário					
			15-24		25-64		65 e +	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	11,186	100	1,682	100	5,595	100	3,909	100
Pré-escolar	57	0,6	12	0,7	22	0,4	23	0,6
Alfabetização	522	4,7	47	2,8	370	6,6	105	2,7
Ensino Básico	4486	40,1	793	47,1	2570	46,0	1123	28,7
Secundário	831	7,4	488	29,0	321	5,7	22	0,5
Cursos								
Médio/Superior	103	0,9	18	1,1	80	1,4	5	0,1
Sem Instrução	5187	46,3	324	19,3	2232	39,9	2631	67,3

Fonte: INE (RGPH) censo 2000

Gráfico 4 - Nível de instrução da população de 15 anos e mais portadora de deficiência



Fonte: INE (RGPH) Censo 2000

De acordo com o gráfico 4, 46 % da população de 15 anos e mais portadora de deficiência não possuem nenhum nível de instrução e apenas 40% tem a escolarização obrigatória e a nível de escolarização nos outros níveis de ensino representa uma baixa percentagem.

Isto nos leva a reflectir o quanto essa camada social, não tiveram acesso a instrução, mas por outro lado nos apresenta 40% que possui a escolarização obrigatória o que nos leva a ter em consideração que o atendimento às pessoas portadoras de deficiências está sendo feito.

Mas por outro lado tendo em consideração que o objectivo é o atendimento a todos então há que se pensar em medidas e políticas para um trabalho mais eficaz que venha na linha do preconizado pela Declaração de Salamanca.

2.3 Impacto das Orientações Internacionais

Dos documentos e legislações analisadas neste capítulo podemos constatar o papel a ser desempenhado pelo Ministério da Educação e Ensino Superior - MEES e a organização dos serviços de forma a cumprir o preconizado a nível internacional para o atendimento das crianças com necessidades educativas especiais no sistema de ensino.

2.3.1 Organização dos serviços na linha da Educação Inclusiva

O Ministério da Educação e Ensino Superior - MEES através da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário tem vindo a criar as condições para integração no ensino regular das crianças com Necessidades Educativas Especiais, o que é permitido pela Lei 103/III/90 de 29 de Dezembro, Lei de Bases do Sistema Educativo de Cabo Verde, concretamente o disposto na subsecção V, onde são apresentadas as Modalidades Especiais de Ensino.

Apesar de a Orgânica do MEES não contemplar a Educação Especial, ela intervém dentro da DGEBS.

Segundo Termos de Referência, Educação de Pessoas com NEE, (2006, P:6), o sector da Educação Especial que é afecto a DGEBS é responsável:

Convém referir que os primeiros passos para o atendimento de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), incluindo os portadores de deficiência, no sistema de ensino no nosso país, só começaram a ser dados no ano lectivo de 94/95 com a criação de um pequeno núcleo de educação especial a nível dos serviços centrais, o qual, ao longo do tempo, vem tentando responder a algumas situações isoladas de que tem conhecimento nas escolas da Praia, ao mesmo tempo que vem desenvolvendo actividades com o objectivo de, paulatinamente e duma forma sistemática, se chegar ao ponto em que, em todo o país, existam núcleos com alguma preparação nesta área que actuem como pessoal de apoio ao professor de ensino regular.

Segundo os Termos de Referência, Educação de Pessoas com NEE, 2006, P:6, A Educação Especial é responsável:

- ✓ Pelas actividades de divulgação do projecto Escola Inclusiva da UNESCO;
- ✓ Pelas acções de sensibilizações quanto a problemática da deficiência no país;
- ✓ Pelo acompanhamento de casos pontuais de crianças com NEE integradas no ensino regular;
- ✓ Pelas acções de capacitação na área das NEE dirigidas a coordenadores pedagógicos e gestores com efeito multiplicador abrangendo os professores (com base no conjunto de materiais para formação de professores da UNESCO);
- ✓ Pela aquisição e distribuição de materiais específicos de Educação Especial;
- ✓ Pela criação e monitorização de Núcleos Locais de Educação Inclusiva em todas as Ilhas e concelhos do País entre outras.

Trabalhos desenvolvidos:

- ✓ Divulgação do Projecto Escola Inclusiva da UNESCO;
- ✓ Acções de sensibilização quanto à problemática da deficiência no país;
- ✓ Acções de capacitação/formação na área das NEE dirigidas: aos coordenadores pedagógicos e aos gestores – com efeito multiplicador abrangendo os professores; aos alunos finalistas do Instituto Pedagógico da Praia e Assomada;
- ✓ Criação e monitorização de Núcleos Locais de Educação Inclusiva em todas as Ilhas e Concelhos do País.
- ✓ Acompanhamento de casos de crianças com deficiência integradas no ensino regular

Ainda no ano 2006 foi realizado o encontro nacional sobre a Educação Inclusiva cujo lema era “Desafios da Educação Inclusiva em Cabo Verde” com o objectivo, de clarificação do conceito de Educação Inclusiva e sensibilizar os participantes sobre esta abordagem e contribuir para uma melhor assunção do conceito de Educação Inclusiva e recolher subsídios para a sua regulamentação respectivamente.

Atendendo o papel das Delegações do Ministérios da Educação e Ensino Superior, o Termo de Referência Educação de Pessoas com NEE, (2006), P: 7 refere sobre as acções de capacitação na área das NEE, dirigidas as equipas de coordenação pedagógica, gestores e professores de alunos com NEE.

O objectivo é de através deste elementos capacitados constituir o Núcleo Local de Educação Inclusiva (NLEI) nos concelhos, cabendo ao núcleo dinamizar acções de capacitações em NEE aos professores, identificar e analisar os casos de NEE e definir – em articulação com o Sector da Educação Especial – estratégias pedagógicas para melhor responder às diferentes situações de NEE. Neste contexto a equipa dos serviços centrais cabe monitorar as actividades e apoiar em situações específicas.

O termo de referência, apresenta alguns constrangimentos para a implementação da Educação Inclusiva, como:

- ✓ Pouca clarificação do conceito/abordagem de Educação Inclusiva ao nível do MEES;
- ✓ Lei de Bases do Sistema Educativo inadaptada aos pressupostos da Educação Inclusiva para não dizer que há uma ausência de um documento – lei ou portaria ministerial que regule a Educação Inclusiva;
- ✓ Fragilidades organizacionais:

a) Serviços Centrais: Sector da Educação Especial não definido institucionalmente;

b) Serviços Regionais: deficit na assunção da responsabilidade sobre a educação das crianças com NEE: pouca funcionalidade dos NLEI; falta de qualificação dos recursos humanos.

- ✓ Recursos Humanos: carência de especialistas das mais diversas áreas como a fonoaudiologia / terapia da fala, próteses auditivas entre outros; deficit na formação de professores com pouca ou nenhuma oferta das instituições de formação de professores de disciplinas/módulos sobre NEE e ausência de oferta de formação em Educação Especial;
- ✓ Recursos Materiais: carência de instrumentos e aparelhos específicos.

Como Prioridades o “Termo de Referência Educação de Pessoas com NEE” (2006, p.8) apresenta:

- ✓ Revisão da legislação sobre Educação de pessoas com deficiência e criação de um Documento/Lei sobre Educação Inclusiva;
- ✓ Integração no currículo dos cursos de formação de professores disciplinas sobre NEE;
- ✓ Criação de condições para a estruturação de uma língua nacional gestual/formação alargada em língua gestual portuguesa dirigida aos professores;
- ✓ Formação de especialistas das diferentes áreas – fonoaudiologia, protésicos audiológicos, terapeutas da fala, etc;
- ✓ Detectar as deficiências nomeadamente a visual, auditiva e mental;
- ✓ Criação de condições (humanas e materiais) a nível de todas as Ilhas e Concelhos, de modo que as respostas sejam dadas nas diversas localidades e que haja, portanto, uma efectiva funcionalidade dos Núcleos de Educação Inclusiva;
- ✓ Criação de uma Rede Nacional de Educação Inclusiva,
- ✓ Aquisição de materiais didácticos e instrumentos adaptados as NEE (próteses auditivas, material didáctico em braille, cadeiras de rodas etc);
- ✓ Acessibilidade arquitetónica – estabelecer padrões mínimos de infra-estruturas escolares para atender as NEE e adaptar os prédios já existentes;
- ✓ Criação de centros de recursos – apoio pedagógico a casos específicos;
- ✓ Continuidade da divulgação da importância da Escola Inclusiva;
- ✓ Sensibilização das população em relação as questões de deficiência, pois as atitudes e práticas discriminatórias se fazem sentir de modo significativo;
- ✓ Realização de jornadas de reflexão sobre as NEE em Cavo Verde e de Seminário a nível nacional não só sobre a problemática da surdez como também cegueira, deficiência física e mental e problema de aprendizagem com participação de especialistas estrangeiros.

CAPÍTULO III
INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS
E OS IMPASSES FRENTE À FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NO ENSINO
REGULAR: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA “ABELA”

3. 1. Abordagem Geral

3.1.1 Procedimento metodológico

O presente estudo teve por objectivo compreender as dificuldades encontradas pela escola ao lidar com alunos com Necessidades Educativas Especiais, incluídos no ensino regular, mais concretamente no Ensino Básico. Como já foi afirmado, a preocupação incidiu sobre a necessidade de compreender a prática pedagógica dos professores, tendo em vista a formação dos mesmos.

Neste capítulo pretendemos fazer uma síntese dos aspectos mais significativos assinalados na análise das entrevistas e, para efeito, antecipamos algumas questões metodológicas.

Em relação a metodologia salienta-se que para a realização do mesmo foi utilizada a entrevista como forma de recolha de informações e dela fizeram parte um grupo de seis professores¹¹ e o gestor do pólo nº XX.

A entrevista esteve estruturada em seis categorias a saber: I – Identificação/caracterização dos entrevistados, o que permitiu conhecer melhor os entrevistados tanto do ponto de vista profissional/académico, tempo de trabalho e outras questões. A parte II incidiu sobre a Prática pedagógica, o que possibilitou obter informações sobre a prática dos professores, isto em relação aos alunos que apresentam NEE. A parte III da entrevista foi sobre a Concepção sobre os principais conceitos e permitiu verificar que conceitos, noções os professores têm em relação a questão da educação das crianças com NEE. A parte IV incidiu sobre os Conhecimento da Legislação e vale observar que as questões colocadas possibilitaram

¹¹ Informamos que foram utilizados nomes fictícios para salvaguardar os entrevistados.

compreender até que ponto os professores/gestor conhecem a legislação cabo-verdiana. A parte V incidiu sobre a Formação dos professores e esta permitiu visualizar o panorama das formações na área das NEE e por último, a parte VI da entrevista foi sobre a Prática pedagógica voltada para a inclusão dos alunos com NEE.

Importa dizer que todas as entrevistas foram feitas na escola “Abela” local de trabalho dos entrevistados, sendo gravadas e posteriormente transcritas, tendo um tempo máximo de 40 minutos por entrevista. Antes de cada entrevista efectivamente todos tiveram acesso ao roteiro da mesma, foi-lhes explicada a finalidade do estudo e garantido o total anonimato e confidencialidade que seria adoptado na pesquisa, embora não se mostrassem relutância na menção dos seus nomes. Depois de transcritas, foi feita uma análise qualitativa das informações obtidas para sistematização das mesmas dentro do referencial teórico escolhido.

Na sequência são apresentadas algumas características do grupo alvo das entrevistas.

3.1.2 Caracterização do grupo alvo

Relativamente a idade dos entrevistados podemos dizer que esta varia entre os vinte e quatro e trinta e dois anos. Em termos de sexo, três são do sexo feminino e quatro masculino. Quanto ao nível académico a pesquisa mostrou que três têm 12º ano de escolaridade, um o 2º ano do curso complementar (ex 7º ano liceal) e três o 9º ano de escolaridade. Em relação à formação profissional, seis deles têm a do IP e um o Magistério Primário + 2ª fase. Antecipamos que o estudo realizado permitiu constatar que nenhum dos entrevistados possui especialização na área de NEE. Em relação ao tempo de serviço na docência este varia entre os 8 e os 10 anos.

3.1.3 Caracterização do Pólo nº XX: Escola “Abela”

O Pólo é composto por três escolas, ficando uma no Bairro de Bela Vista e duas no da Terra Branca, sendo a sede do pólo a escola “Abela”¹², a qual foi o campo de pesquisa. Em entrevista ao gestor do pólo fomos informados que na escola “Abela” funcionam vinte turmas (dez em cada período lectivo) na escola de “Luar” oito e na escola “Bela Vista” quatro turmas da 1ª fase (1º e 2º ano).

¹² Foi denominada escola “Abela” em homenagem a uma professora já falecida.

Em termos de estrutura, a escola “Abela”¹³ tem dez salas de aula, uma sala de professores, uma secretaria, um refeitório/cozinha, dois sanitários, uma placa desportiva, dois pátios cobertos, horto e jardim. Não tem Biblioteca nem rampas de acesso e banheiros adaptados, o que pode ser uma barreira arquitectónica para o aluno com NEE.

No que diz respeito ao corpo docente e discente, a pesquisa evidenciou que no ano lectivo 2006/07 o número de alunos matriculados era de 633, do primeiro ao sexto ano de escolaridade. A escola possui um corpo docente constituído por 20 professores, trabalhando nos dois períodos, de manhã e de tarde, sendo 16 de sexo feminino e 4 de sexo masculino. Podemos constatar que em termos de formação 16 têm a do Instituto Pedagógico (IP), 3 tem a 2ª fase + Magistério Primário e um com 1ª fase de formação em exercício. As informações recolhidas permitem observar que o rácio aluno professor é de 32.

3.2. A inclusão dos alunos com NEE na escola “Abela”

3.2.1 Prática pedagógica dos professores: os (des)caminhos da

Educação inclusiva

Como ficou evidente nos capítulos anteriores, a Educação Inclusiva é uma abordagem que propõem que a educação das crianças e adolescentes seja dada no ensino regular e Cabo Verde tem sido incentivado pelos organismos internacionais, nomeadamente a UNESCO.

Os testemunhos apresentados ao longo desse estudo foram cuidadosamente analisados, com o objectivo de responder a principal questão da pesquisa que foi essencialmente saber se os professores do ensino básico estão preparados para lidar com os alunos com NEE. A preocupação foi também perceber o quanto esses professores conhecem sobre a Educação Inclusiva, como está sendo sua prática diante da inclusão escolar dos alunos com NEE.

¹³ Em termos de organização e funcionamento, o pólo enquadra-se no Decreto-Lei nº 77/94, de 27 Dezembro que define os órgãos de direcção (Concelho de Pólo), de administração (Direcção/Gestor) e de gestão pedagógica (Gestor /Núcleo Pedagógico), dando indicação do seu modo de constituição, funcionamento e atribuições.

A análise feita da legislação e outros suportes legais permitiram constatar que existe no arquipélago um número razoável de suportes legais pois, por um lado, a Constituição da República e LBSE garantem a integração das crianças com NEE no ensino Regular. Por outro, o Plano Nacional de Educação Para Todos e o Plano Estratégico de Educação já fazem referência a algumas medidas de política, nomeadamente a formação inicial e contínua dos professores em matéria de NEE sendo, no entanto, a sua aplicabilidade discutível.

O estudo realizado permitiu constatar que na escola “Abela” existem algumas situações de NEE e a gestão do pólo considerou que muitas vezes a família não conhece a real situação no que tange as doenças que podem levar a uma deficiência. Quanto as situações de NEE existentes na escola, Leonor confirma dizendo:

Para além da criança surda que estou a trabalhar este ano 2º ano, tive uma Sim, tive caso de crianças com NEE na sala. Na minha sala de aula há várias crianças com NEE e confesso que muitas vezes senti muita desanimada porque em vez de ser elogiada pelo trabalho que estava fazendo fui criticada negativamente por todas as vezes que foram á sala. Poder ter tido um melhor resultado, mas quebraram-me o encanto ainda cedo, ainda mais quando a pessoa não ter uma formação específica.

A Maria, por sua vez afirma:

Tenho sim uma criança com problema de linguagem, memoria fraca não era muda mas não se entendia a pronuncia, fazia muitos exercícos de linguagem (frases curtas palavras do quotidiano, jogos canções, lenga lenga outros alunos também ajudaram era na base de repetição.

De modo geral, as entrevista aplicadas aos professores, isto relativamente a Prática Pedagógica, mostrou que todos foram unânimes em afirmar que têm alunos com vários níveis de aprendizagem; há uns que acompanham bem, outros muito lentos e há alguns com problemas de comportamento, como podemos conferir na fala da professora Maria:

Alguns possuem dificuldades porque não têm estudo orientado e passam a maior parte do tempo na rua, e há alguns desajustes, devido a influência familiar, porque são alunos de diversos bairros da redondeza onde a escola está inserida, e o rendimento escolar é mais ou menos porque são crianças carentes.

Já o professor Miguel apresenta uma outra situação, pois diz:

Tenho alunos com vários níveis de aprendizagem, há uns que acompanham bem, outros muito lentos, outros são inquietos, é difícil ter essas crianças em actividade. Um dos grandes problemas é o número elevado de alunos; com

39 alunos é difícil dar acompanhamento e seguir as expectativas de cada um ainda mais com uma criança surda-muda.

Um dos entrevistados diz concordar que todas as crianças têm a capacidade de aprender, independentemente das suas dificuldades, e se elas forem estimuladas e tiverem confiança na pessoa que os ajuda, elas assimilam alguma coisa, mesmo que for pouco. Um outro disse que, todas as crianças se forem “normais” têm capacidade de aprender se o professor e a família estão em sintonia e que por vezes são um pouco difíceis porque os pais raramente colaboram. Sobre ser professor, a professora Leonor afirma que

Ser professor é uma missão difícil mas muito linda; para mim ser professor é ser pai, amigo, psicólogo enfim Santo. Uma missão ingrata mas compensadora tendo em conta formar um Homem íntegro, futuro de amanhã. O formar integralmente o ser Humano em todo os parâmetros da vida.

O professor Francisco reafirmou que, “Ser professor primeiro é ser amigo, companheiro, é ser uma pessoa que entende os outros acima de tudo, que quer ajudar os outros a desenvolver-se e a ter um futuro melhor” e relembramos que as crianças com NEE também o merecem.

Continuando o mesmo professor diz que

Na preparação das aulas sobre a prática pedagógica, eu tenho de pensar nos alunos que tenho dentro da sala nas suas capacidades, nas suas limitações para que possa organizar actividades que vão ao encontro de cada um e nas características de cada aluno que eu tenho na sala de aula. Eu tento também no dia a dia procurar actividades interessantes e estimulantes que possam ser significativas e que os motivem. Como desafio nós sabemos que ser professor primeiro é um desafio que a pessoa toma para com ele e para com o outro; nós sabemos que as coisas estão em constante mutação, mudanças; temos que acompanhar as mudanças e temos que saber que ao chegar na sala de aula temos crianças e estamos a trabalhar com pessoas e pessoas tem necessidades e têm também capacidades e isso vamos tentar ajudar essas crianças pessoas a desabrochar as suas capacidades os seus talentos e tentar crescer e tentar atingir um patamar que talvez nós desejamos e não só tentar ajudar a criança a conseguir um nível que a ajude a intervir de forma consciente, positiva e saudável na sociedade.

Verificamos que já existe a compreensão de que a inclusão escolar de alunos NEE requer uma reflexão sobre a prática do professor, exigindo organização das actividades a ponto de responder as necessidades dos alunos e vencer os constrangimentos que se colocam.

Em termos dos constrangimentos o professor Pedro refere que

Os constrangimentos são vários: nós podemos falar desde as nossas limitações se queremos na verdade desenvolver, ajudar as pessoas a desenvolverem-se, temos que começar a pensar em nós, nas nossas dificuldades nas nossas limitações. Nem sempre temos a preparação que gostaríamos de ter; quando eu digo a preparação científica para ajudar as crianças na verdade a desenvolver a desabrochar principalmente quando se trata de crianças com NEE ou crianças portadoras de deficiências e falando propriamente, muitas vezes nós não sabemos, encontramos dificuldades na sala de aula, nós não sabemos como lidar, como ultrapassar essas dificuldades, e essas dificuldades não são só intrínsecas a nós, são também extrínsecas a nós porque se formos ver temos a sala de aula muitas vezes não temos os equipamentos, os materiais. Muitas vezes o próprio quadro que temos na sala de aula, é um grande problema, porque o quadro está muito alto, muito baixo, ou o quadro é deteriorado, não ajuda. Temos muitas vezes os materiais em si, mas também os recursos para ajudar as crianças que gostaríamos de ter a tempo e hora, é difícil; temos que pensar em 39 crianças principalmente no meu caso direccionar actividades para as crianças ou para cada grupo de crianças com problemas diversificados; não é fácil dar atenção individualizado ou diversificados aos grupos de alunos também não é tarefa fácil. Nós podemos ver também o mesmo currículo; o currículo também é outro problema porque muitas vezes não vai de encontro às necessidades reais das crianças é outro problema.

A própria estrutura da escola muitas vezes nós não temos mesmo espaços; nós sabemos que há crianças que necessitam de aulas de expressão física, expressão dramática, nós não temos muitas vezes esses espaços na escola, a própria estrutura física.

A colocação do professor Pedro traz à tona questões fundamentais que muitas vezes condicionam a inclusão escolar das crianças com NEE, que são essencialmente a formação dos professores; a adaptação de currículos; o espaço físico e materiais pedagógicos.

A professora Manuela por sua vez diz que

O Ministério não dá incentivos aos professores, não prepara os professores, muitas vezes para esse tipo de trabalho com crianças com NEE principalmente com crianças portadoras de deficiências; temos o problema da sociedade, estamos muitas vezes isolados na escola os pais raramente aparecem na escola nós não conhecemos muitas vezes a realidade da criança porque sair da escola para ir a casa dos alunos muitas vezes não é fácil, mas deveria haver um contacto permanente com os pais. É preciso saber o próprio talento das crianças o problema das crianças e só podemos saber num contacto com a família.

Quanto a formação dos professores vimos anteriormente que o MEES tem promovido seminários de capacitação em matéria de NEE, através da DGEBS/Sector da Educação Especial. Em cooperação com o Brasil foram capacitados em média 128 educadores e prevê-se um curso piloto a distância para todos os professores do IP para que esta instituição possa

assegurar formações na referida área. No entanto, a integração de conteúdos, temas sobre NEE nos currículos de formação de professores é ainda um desafio.

No entanto, estas considerações mostram o quanto os professores estão conscientes das dificuldades das crianças, identificam algumas preocupações como a falta de acompanhamento dos pais ou encarregados de educação e o facto de muitas crianças passarem a maior parte do tempo na rua e não terem estudo orientado é um problema à aprendizagem da criança. Acreditam que todas as crianças são capazes de aprenderem, se forem estimuladas e tiverem confiança na pessoa que os ajuda elas assimilam alguma coisa, mesmo que seja pouco.

No entanto, interrogamo-nos se não será à escola que caberá o “dever” de ter estratégias que motivam e orientam essas crianças, criando espaços na própria escola para os apoiar; orientá-las nos estudos, e através de actividades que elas pudessem estar envolvidas e que sejam dos seus interesse como música, pintura, bordados, jogos, Internet entre outras coisas.

Tudo isso no período contrario às aulas e que houvesse um professor com o perfil para esse apoio e em concertação com o professor desses alunos conhecer melhor a realidade de cada criança. E que houvesse momentos de reflexão, de estudos, de busca de soluções, para os problemas que a escola enfrenta juntamente com os pais, a comunidade e de outras instituições viradas para a problemática específica da escola isto tudo na base de um projecto da própria escola.

No que concerne as concepção sobre os principais conceitos - NEE; Deficiência, Inclusão - podemos considerar que os professores têm conhecimento dos mesmos, no entanto a escola deveria criar momentos de envolvimento dos professores para essa problemática através de seminários, troca de experiências com outros professores que têm vivência.

Por exemplo, no dizer do professor Miguel, a NEE

algo que nós não podemos ir no ritmo com os outros; estamos um bocadinho a margem quer dizer que há algum desfasamento. Pode ser mental ou por outro motivo, não nos deixa acompanhar normalmente o ritmo dos outros. Mas é preciso ver, NEE não é só aquele que não acompanha, é aquele também que muitas vezes está para além do que é “normal”; aqui talvez é preciso ver - será que normal é o que é? é padrão que nós categorizamos as crianças? Muitas vezes é preciso ter muito cuidado com essa parte de necessidades educativas especiais porque todos nós precisamos, como eu disse anteriormente, embora pode ser que uns estão à frente, ao ritmo muito rápido e uns muito lento; então é algum desfasamento que não nos deixa ir num ritmo normal, embora seja difícil porque cada autor tem a sua ideia do que é Especial, uma NEE.

A professora Maria respondeu que “NEE refere as necessidades educativas escolares que as crianças podem apresentar em algum momento da sua escolaridade, relacionadas com as dificuldades ou deficiências.

Quanto a “Deficiência” o professor Francisco respondeu que “é a diminuição ou incapacidade numa determinada área, que pode ser tanto parcial ou total” e já para Leonor é “não ter capacidade de resolver problemas”

No que respeita ao conhecimento sobre “Educação Inclusiva”, de um modo geral os professores manifestaram ter algum conhecimento, mas que este era insuficiente. O Manuel informou: “Uma vez falaram disso no IP, foi uma sensibilização, mas nunca mais ouvi nada”, já a Maria disse: “Não foi muita coisa, na escola de formação não, mais assim nos encontros, mas de formação não”. É “Onde todos tem lugar, todos têm vez. Onde nós é que temos de adaptar às necessidades das crianças, não as crianças a nós. Temos de adaptar às crianças onde todos conseguem progredir, chegar a um patamar positivo e desejável” disse o Miguel.

Pedro por sua vez disse que “Significa integrar uma criança com NEE, deficientes no grupo dos outros alunos deixa-los fazer tudo se possível ou tentar o que as outras crianças fazem, sem discriminação, tentar desenvolver as suas capacidades mesmo que fosse lentamente”. Ainda mais “É um processo que pretende incluir todos, mas que se deve criar as condições de trabalho”.

Quanto a opinião sobre a inclusão de crianças com NEE nas turmas do ensino regular, os entrevistados são a favor, mas reclamam da necessidade de formação como nos informou Leonor:

Eu sou de opinião que as crianças devem estar nas turmas regulares porque na sociedade, nós não estamos isolados, normalmente, também as crianças com deficiência ou uma dificuldade de aprendizagem essas crianças precisam de apoio, há teóricos que defende que devem estar numa escola regular ter uma atenção especial, mas há que preparar os professores.

Miguel por sua vez disse: “Como professor quando tomamos uma turma para trabalhar alunos com deficiência deviam estar juntos com os outros, caso o Ministério criar condições”.

Afirma ainda que

É um dos grandes constrangimentos porque o professor do Ensino Básico com formação geral não está preparado para trabalhar com esses alunos, mas em termos de integração não há problema, eu tenho uma aluna surda-muda ela brinca com as outras crianças não tem problema são aceites pelas outras, em termos de aprendizagem o professor não tem uma formação específica para lidar com essas crianças em termos de língua, ciências mas quanto a matemática ela acaba por sentir mais à vontade, o professor faz o mínimo

possível não tem técnicas, metodologias, talvez é um tipo de linguagem, com números não se exige a criança a audição verbalização ela acaba por sentir mais a vontade.

Como vemos a formação permeia boa parte dos discursos dos professores e concordamos, pois a inclusão de alunos com NEE só poderá ser um facto quando os professores forem capacitados, como diz Francisco “Eu acho que primeiro deveriam dar formação aos professores nesta área e só depois incluir estas crianças numa turma de ensino regular, caso contrário o resultado nunca será satisfatório nem para o aluno nem para o professor”. Miguel também confere isto dizendo:

Acho muito importante pois é uma forma de promover - lhes a socialização, mas as vezes as actividades são difíceis e o professor não tem uma formação nessa área e fica difícil lidar com essa situação. Podem ser incluídos se as necessidades não são complicadas porque as vezes surgem situações em que o professor não tem formação para lidar com o caso.

3.2.2. A legislação versus a prática pedagógica do professor

No que respeita ao conhecimento da legislação cabo-verdiana sobre a educação das crianças com NEE, a pesquisa mostrou a maioria dos professores entrevistados (cerca de 86%) desconhece a LBSE no que respeita à Educação Especial o que se pode verificar nas respostas dos entrevistados:

Pedro diz: “ Muito sinceramente por acaso eu não tenho consultado estes aspectos, eu não sei, é uma das lacunas, nós os professores não prestamos atenção, a legislação”. Já o Francisco considera que

A Lei de Base do Sistema Educativo chama atenção para integração dessas crianças nas escolas regulares, mas o que vale chamar atenção para integração dessas crianças se não há apoio suplementar quando o próprio ME deixa o professor à sua mercê com esses alunos na sala de aula. No papel tudo muitas vezes é bonito, embora se formos ver, mesmo a LBSE do sistema educativo dá pouca atenção a esse aspecto de crianças com NEE embora diga que toda criança deve ter as mesmas oportunidade de aprendizagem, quer dizer que a todas crianças deve ser dada a mesma atenção, a essas crianças que têm essa necessidade o professor deve dar também um esforço suplementar.

Em relação as actividades que o MEES vem desenvolvendo, ressaltamos as acções de capacitação. Vale observar que as equipas de coordenação pedagógica foram capacitadas e a proposta foi destes representarem o Núcleo de Local de Educação Inclusiva criados a nível de todas as delegações do MEES. Estes deveriam dinamizar as actividades de inclusão, replicando a formação aos professores, identificando as situações de NEE nas escolas e

delinear respostas. Entendemos que não se pretende deixar os professores a sua mercê, mas a mobilidade dos coordenadores pedagógicos e a pouca articulação dos trabalhos poderão estar a condicionar o apoio a ser dado ao professor.

Contudo, Miguel considera que

É difícil aplicar qualquer documento se o professor não estiver preparado para tal, quer dizer quem cria as leis deve criar condições para o pessoal, para o técnico ou o professor desenvolver a sua actividade. Temos acompanhado que as condições não têm sido criadas para que se possa fazer um trabalho meritório nesse aspecto. Condições - o professor que tem crianças portadoras de deficiência ou com NEE devia ter um acompanhamento também especial por técnicos da área de EE, ter formação e não só; devia ter encontros periódicos com equipas de EE ou com outros professores que têm crianças, também deficientes ou, posso mesmo dizer, na escola ter encontros permanentes de forma a discutir a melhor forma de trabalhar com essas crianças; devia ter materiais ou indicação de possíveis materiais porque também o professor deverá ser inovador, deverá ser criativo de possíveis materiais ou forma que o professor poderá trabalhar com essas crianças.

As colocações de Miguel são pertinentes. Os técnicos da EE têm de facto realizado acompanhamentos a situações pontuais, mas vale frisar que os 5 fazem parte da equipa técnica dos serviços centrais e se pensarmos Cabo Verde todo é um número insuficiente para atender a todas as escolas do país. Sendo os coordenadores uma equipa de terreno, pretende-se criar uma capacidade a nível das delegações, criando uma rede de apoio aos professores.

Manuela considera que “o que a LBSE diz sobre Educação Especial, a sua aplicabilidade é nula, pois os professores não têm formação e informação suficiente para lidar com a situação”. Continuando ela diz:

Para que os alunos com NEE sejam integrados no ensino regular o professor deverá ter uma formação mais específica na área de Educação Especial; deverá ter acompanhamento permanente de técnicos da área; deverá ter materiais na escola que o professor possa apoiar para desenvolver actividades com essas crianças; numero reduzido de alunos para que possa dar uma atenção individualizada a essas crianças.

Leonor nos informa que para sua aplicabilidade deveria haver mais divulgação da Lei, penso que se deve reduzir o número de nº de alunos por professor; deveria haver formação do docente e aperfeiçoamento dos mesmos; participação activa dos pais no processo educativo.

A gestão do pólo responde que há pouca divulgação e que muitos professores interrogam sobre essa Lei, e que não é só neste aspecto das NEE, mas também no que respeita ao estatuto

do professor, os direitos e deveres. Isso nos demonstra o quanto as escolas devem estar organizadas para melhor rentabilização dos recursos recorrendo aos professores mais experientes, mais velhos e não só mas também solicitar apoios de instituições que os possam apoiar nos estudos da legislação. No nosso entender também individualmente deveremos fazer o investimento pessoal, autoformação, investigação, e acção de reflexão das práticas para melhoria profissional de modo a melhor servir a escola.

3.2.3 A formação dos professores em matéria de NEE: o desafio que se coloca

No que diz respeito a Prática pedagógica tendo em vista a Inclusão os professores afirmam que procuram de uma forma geral dar a tenção a todas as crianças, mas que há situações que não conseguem, pois como diz Miguel “ao longo do trabalho vão surgindo constrangimentos que sozinha não consigo enfrentar se houver maior apoio com ajuda de técnicos, psicólogos e profissionais da área poderia ser melhor, ainda mais com uma criança surda- muda”.

A Manuela reforçou que para trabalhar na perspectiva da inclusão

temos que trabalhar sempre é colocar todas as crianças a trabalhar e sem discriminação e sem categorização quer dizer que todas as crianças devem trabalhar em grupos. Devemos fomentar o trabalho de grupo, de equipas, devemos proporcionar actividades interessantes, estimulantes, actividades que vão de encontro às expectativas, aos interesses, aos anseios dos alunos para que possam ser significativas para essas crianças. A maior dificuldade a trabalhar na perspectiva da escola inclusiva tem a ver com turmas grandes. Para superar, o ideal seria redução de turmas e ao longo de todo esse processo ser acompanhada por técnicos da área de NEE na prática.

Por um lado, observamos que em Cabo Verde, a questão do rácio alunos/professor pode colocar alguns constrangimentos para a inclusão escolar dos alunos com NEE. Por outro, como diz Pedro “na perspectiva da inclusão a maior dificuldade é a aceitação, o respeito para o incluso e para a superação desta dificuldades é sensibilizar os agentes do sistema educativo e a comunidade e ter turmas numerosa; desinteresse dos pais, falta de materiais escolares”.

No que diz respeito a inclusão efectiva dos alunos com NEE, Pedro afirmou que a escola atende em parte pelo menos, diz ele:

no que diz respeito a socialização, porque os professores pelo menos os que eu conheço e que tem algumas situações de crianças com NEE realizam várias actividades na sala e fora com esses alunos mesmos surdo-mudo mas no caso de comunicação trabalhos leitura escrita é difícil porque às vezes a criança fica sem fazer nada ou só a desenhar ou a desviar do assunto, teria que haver apoios pontuais nas turmas onde estão alunos com deficiência auditiva.

Pedro diz ainda que

Gostaria de ter melhor espaço de trabalho, melhores condições, materiais didáticos disponíveis para poder realizar melhor o trabalho como professor não só com as crianças com NEE mas também com as outras crianças (sem recursos). Mas que houvessem mais formação principalmente quando o professor tem aluno com NEE, dependendo das dificuldades, e maior envolvimento com os colegas na busca de soluções internas através de pesquisas e de boas práticas, buscar apoios fora da escola.

As entrevistas permitiram, como foi afirmada, recolher informações sobre a formação dos professores para atenderem as necessidades específicas dos alunos. Em relação a isto todos os entrevistados são unânimes em afirmar que nunca tiveram formação e que necessitam de apoios no dia a dia. O Francisco considerou que

uma boa parte ou podemos mesmo dizer que a maior parte dos professores não têm tido qualquer formação na área de Educação Especial e não havendo formação nessa área não podemos falar em preparação de professores para trabalhar com essas crianças, embora nós não podemos pensar também para desenvolver algo com essas crianças é só pensar na formação temos que ter a sensibilidade posso assim dizer para pensar que essas crianças não têm culpa das pessoas de direito não estarem a fazer nada nesse sentido, fazer nada entre aspas ou fazer muito pouco nesse sentido mas o professor deve ser um pouco criativo o professor deve ver em que sentido e como apoiar essa crianças porque há sempre alguma coisa a fazer, eu tenho a certeza.

Como vimos, em Cabo Verde já existem algumas medidas de política referente a formação inicial e contínua dos professores em matéria de NEE, como as inscritas no Plano Estratégico para a Educação (2003). Contudo, os depoimentos dos professores mostram o quanto ainda estas medidas precisam ser colocadas na prática. O Miguel reforça este aspecto dizendo

“embora não possa falar por outros mas eu diria que a maior parte dos professores não posso dizer 100%, mas a maior parte não está preparada talvez para salvaguardar alguns professores que possam tem alguma formação, não é, mas a maior franja dos professores não está preparada para trabalhar e isso já trabalhei como gestor e já ouvi muitos professores a queixarem-se desse aspecto; é difícil ter uma criança surda-muda dentro da sala se nunca a pessoa teve uma formação nessa área; é difícil trabalhar com a criança é difícil ainda é muito mais difícil para uma pessoa trabalhar com uma criança cega se o professor nunca teve uma formação na área; só se for um professor muito criativo, um professor que gosta na verdade de estar muito bem informado mas não é tarefa fácil.”

A pesquisa realizada mostrou que há necessidade de formação dos professores para que estes possam responder as NEE. Pedro reforçou que:

Caso as instituições de formação não prepararem os futuros professores e os que estão em exercício, a Educação Inclusiva irá ficar só no papel, só no desejo e na boa vontade de um ou outro professor; o professor do ensino básico tem uma formação geral direccionada para o ensino normal e não tem uma formação específica e sabendo que Cabo Verde não tem uma escola só para deficientes ou com NEE, elas devem estar no ensino normal, não só para estar, mas que sejam apoiados para a sua aprendizagem.

Pedro afirmou ainda que “há que se fazer alguma coisa, e nesse momento não se pode aceitar escolas de formação de professores que não têm no seu currículo, disciplinas direccionadas para esses aspectos, para atender crianças com NEE, deficientes”. Apesar de se terem já desencadeado acções de capacitação, verificamos que persiste ainda necessidade de formação dos professores para que estes possam melhor atender os alunos com NEE. Pedro disse ainda que qualquer professor consegue trabalhar com crianças com NEE desde que estas crianças tenham acompanhamento de quem tem conhecimento na matéria.

Mais uma vez se constata que as instituições de formação de professores desempenham um papel fundamental na implementação da Educação Inclusiva. Quanto a isto os professores foram unânimes em considerar que as escolas de formação deveriam dar mais atenção a esse aspecto. A Maria afirmou que

Há que ter uma formação sólida, na escola de formação de professor; a escola deveria estar preparada nesse sentido. Não estou a dizer para a pessoa sair daí um técnico, mas com uma formação mínima que o ajudasse a trabalhar na verdade com as crianças porque a escola de formação de professores ultimamente que eu tenho conhecimento é que já há professores na área de EE, se não estou enganado, mas não havia e se não havia os professores que se formaram 8 a 10 anos atrás não receberam nenhuma formação nessa área quer dizer que nunca tiveram e não estão preparados para trabalhar com essas crianças, embora nesse momento já temos alguma coisa na escola de formação de professor já tem, penso eu, um professor a trabalhar nesta área mas também ainda é incipiente. Quer dizer, deverá dar uma atenção mais especial a essa cadeira, devera ter uma atenção especial, mesmo porque, caso contrário, é difícil falar em inclusão quando os professores não estão preparados para trabalhar com essas crianças.

A Manuela complementou dizendo que

o papel das instituições de formação para além de incluir no currículo deveria fazer uma prática pedagógica no terreno, não é só teoria (...). O seu

papel não é só formar e informar teoricamente, mas sim levá-los a pôr em prática as experiências. Ela aponta a necessidade de se “dar formação aos professores e se ter uma equipa no terreno apoiando os professores e os alunos com problemas de inclusão.

Quanto a promoção de actividades de reflexão e auto-formação contínua para atendimento de todas as crianças, a maioria dos entrevistados referiu que às vezes têm encontros de reflexão entre colegas no sentido de busca de soluções locais e um dos entrevistados referiu que o Programa Pró-Crescer realizou uma formação em que alertava para a situação das crianças com NEE.

Já o Pedro foi de opinião de que estas actividades são organizadas as vezes, pois, diz ele

Se formos a ver, temos uma sala aqui; não podemos falar só de encontro formal, mas também informal. Constantemente estamos em cooperação, em reflexão, principalmente nos intervalos, porque penso que é o tema em destaque nas escolas; os professores querem saber como trabalhar com crianças com dificuldades educativas especiais na sua sala. Então estamos constantemente a reflectir sobre estes aspectos, a dar sugestões, a dar ideias e temos também outros encontro do núcleo pedagógico onde nós falamos muitas vezes sobre esses aspectos e há pouco tempo houve uma formação do Pró-crescer que também alertava para esse tema das NEE que foi muito bem trabalhado.

No que respeita aos apoios recebidos para melhorar o atendimento aos alunos com NEE, os professores referiram que muitas vezes as solicitações não correspondem às expectativas e que o número de técnicos é insuficiente para apoiar as escolas/professores. Manuela diz:

necessitamos de prática, ver o que está mal, identificar situações que muitas vezes nos ultrapassam, não sabemos como caracterizar muitas situações, ate que por uma simples situação que por um motivo ou outro a criança não se adapta, penalizamos como criança que não aprende. É necessário também mais envolvimento dos colegas para ajudarmos uns aos outros, na troca de experiências, de situações, fazer uma retrospectiva da nossa prática.

De modo geral, os entrevistados afirmam que não estão preparados para trabalhar com as crianças com NEE, mas que estão consciente da necessidade dessas crianças estarem na escola. Consideram necessário maior envolvimento dos pais, dos próprios colegas, e de um acompanhamento e apoio específico. Consideram ainda que há necessidade de formação sobre essa matéria, o que deve ser promovido pelas instituições de formação. Francisco afirmou: “as crianças deficientes que estão na escola sinceramente não estão realmente a

serem atendidos. Os professores queixam-se da falta de formação para atendê-los adequadamente”.

A necessidade de formação dos professores é ainda reforçada por Miguel é da mesma opinião e diz:

Tenho uma criança surda-muda costumava receber apoio de uma técnica de uma associação, mas desde que ela foi para o curso nunca mais teve apoio. A criança é colocada na escola, mas resposta não tem tido dado os professores não terem formação nem apoios. Muito pouco devido a situações que depende de uma formação, não é somente estar sensibilizados, mas torna-se necessário ter ferramentas para melhor possamos dar resposta.

A própria gestão da escola considerou, na entrevista, que a formação nesta área é pertinente porque muitas vezes os professores não sabem o que fazer e o próprio núcleo pedagógico que poderia dar o apoio sente-se incapaz porque é constituído por professores do mesmo nível de formação e que não conseguem dar resposta aos casos que aparecem na escola, como alunos surdo-mudo que passam dois, três anos retidos. Considera ainda que há casos de crianças ditas “normais”, mas que não conseguem ter um diagnóstico da criança, ele

não sabemos como fazer, deveria haver uma equipa de trabalho de técnicos com especialidade em algumas áreas para trabalharem com os professores em fim ter uma formação para que a própria escola possa resolver os problemas que muitas vezes acabam por resultarem em insucessos escolar. Daí a responsabilidade de receber as crianças com NEE é de todos do próprio serviço central, a DGEBS, dos pais, da escola, dos professores, das instituições de formação.

Os dados acima indicam que os professores apresentam bastante dificuldades em trabalhar na escola inclusiva e que necessitam de uma preparação adequada e uma escola correspondente ao atendimento das crianças com NEE, ou seja, uma escola estruturada tanto no espaço físico quanto no aperfeiçoamento profissional do corpo docente da instituição.

Os professores e a própria gestão manifestam a importância do papel da Educação Especial, da necessidade de ter uma equipa constituída por especialistas de várias áreas e parcerias com outras instituições afins. Apela por “uma melhor interligação com as Associações que apoiam essas crianças, principalmente as de crianças surdas, em que recebíamos apoio de uma técnica, mas que neste momento se encontra numa formação”.

Segundo Mantoan (1997), o processo de inclusão exige da escola novos recursos de ensino e aprendizagem, concebidos a partir de uma mudança de atitudes dos professores e da própria instituição, reduzindo todo conservadorismo de suas práticas, em direcção de uma educação verdadeiramente interessada em atender às necessidades de todos.

CONCLUSÃO

Do trabalho realizado tivemos a preocupação de fazer uma análise sobre as abordagens ocorridas a nível Internacional, ao longo do tempo, no que concerne ao atendimento das crianças com NEE e o que o nosso país, Cabo Verde vem preconizando, tendo em atenção os princípios da Declaração de Salamanca e as Acções nas áreas das NEE - UNESCO.

Assim o trabalho permitiu-nos fazer uma análise dos pressupostos que justificam a Escola Inclusiva e a concretização de práticas educativas adequadas a abordagem da Educação Inclusiva, compreender as dificuldades encontradas pela escola ao lidar com alunos com NEE no ensino regular, tendo em vista a capacitação dos professores.

Analisando a situação existente no nosso país, pode-se constatar que na última década foi criada as condições em termos de legislação para que às crianças com NEE ou deficientes sejam garantidas o direito e o dever como todo o cidadão, direito e igualdade para todos.

O estudo mostrou ainda que em Cabo Verde existe um número considerado de pessoas portadoras de deficiências, o que representa em média 14.000 pessoas. Em relação as pessoas com 4 anos e mais podemos inferir que no total de 13.631 portadoras de deficiências, 58% que corresponde a 7.917 deficientes frequentou ou está a frequentar a escola, sendo 5.831 (43%) frequentou e 2086 (15%) está a frequentar, enquanto que 5.714 (42%) nunca frequentaram a escola.

Atendendo que no nosso país não tem tido a tradição de escolas Especiais, a LBSE, na sua subsecção V, apresenta as modalidades Especiais de Ensino, diz que se deve proporcionar uma educação adequada às crianças e Jovens deficientes com dificuldades de enquadramento social, que a educação especial deve organizar-se segundo métodos de atendimento adaptados às características de cada grupo, e poderá desenvolver-se, para efeitos do cumprimento da escolaridade básica, de acordo com currículos, programas e regime de avaliação adaptados às características do educando sendo a integração em classes regulares de crianças e de Jovens portadores de deficiência promovida sempre que daí resultem vantagens para a sua educação e formação, tendo em conta as necessidade de atendimento específico e apoio dos professores, pais ou encarregados de educação .

Tomando como princípio estas modalidades especiais de Ensino e atendendo o estudo de caso realizado na escola “ABELA” – Terra Branca concluímos que os professores não estão preparados para lidar com as NEE na escola.

Isso pudemos demonstrar nos dizeres dos entrevistados que afirmam que não estão preparados para trabalhar com as crianças com NEE, mas que estão consciente da necessidade dessas crianças estarem na escola, mas que torna-se necessário maior envolvimento dos pais, dos próprios colegas, e de um acompanhamento e apoio específico e da necessidade de formação por parte das instituições de formação sobre essa matéria, a fim de atendermos as suas dúvidas, os seus ensejos e os seus desejos.

O estudo permitiu constatar, isto através das entrevistas feitas aos professores e o gestor do pólo nº XX de Terra Branca que a educação Inclusiva é responsabilidade de todos os envolvidos no processo educacional é da família, dos professores, das escolas, da comunidade escolar, das Instituições de formação dos professores e do governo. Assim consideram que a formação dos professores é pertinente para poderem dar respostas às crianças com NEE no Ensino Regular.

Importa frisar que a formação de professores neste domínio de intervenção é uma necessidade que urge se queremos atender a todas as crianças sem exclusão portanto cabe às escolas estarem preparadas.

Com isso sabemos que ainda há muita o que fazer, organizar e debater sobre esse assunto, que por si só é tão complexo. As possibilidades não se esgotam com esta pesquisa, tão pouco considera-se encerrado as discussões sobre o tema.

Logo, o objectivo maior é sensibilizar o meio académico, os pais, os professores que trabalham ou não com educação e a própria comunidade em geral a estarem atentos aos problemas encontrados pelos portadores de NEE, quanto a seus anseios, as suas dúvidas e os seus desejos.

Na medida que esses segmentos se mobilizarem para tentar minimizar as dificuldades enfrentadas por essa população, conseguiremos a inclusão da criança com NEE no ensino regular. Estaremos dando um passo definitivo contra a exclusão e a favor da inclusão, constituindo um motivo para que a escola se modernize e atenda às exigências de uma sociedade que não admite preconceito, discriminação, barreiras sociais, culturais ou outras.

Algumas recomendações

Mesmo com o enquadramento legal, observa-se no entanto que o sistema educativo ainda não se estruturou para oferecer esse serviço as pessoas portadoras de deficiência em geral, uma vez que a inclusão exige novos posicionamentos e procedimentos de ensino baseados em concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas, além de mudanças na atitude de professores, modos de avaliação e promoção dos alunos de modo a acederem de ensino mais elevados, implicando também quer a formação inicial quer a formação contínua de professores.

Também é de notar que existe alguma resistência em aceitar as crianças com NEE nas escolas dado não haver um atendimento específico às suas necessidades.

Sendo assim, sugerimos que:

- ✓ as escolas de formação assegurem uma preparação prévia do professor;
- ✓ sejam criados recursos e os meios necessários – especialistas na área, sala de recursos;
- ✓ uma estrutura física adequada;
- ✓ se efective a redução de números de alunos por turma;
- ✓ se criem meios de apoio especializado ao docente regular;
- ✓ se promova maior conscientização da comunidade em geral;
- ✓ se promova mais envolvimento dos pais sobre a problemática da inclusão da criança com NEE no ensino regular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANARC (National Association of Retarded Citizens, E.U. A), (1993)

BÉNARD DA COSTA, A.M. (1995). **Vinte anos de Educação Especial**, IN Educação. 1995.

Brennan (1988) in: CORREIA, L.M. (1999) **ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS nas CLSSES REGULARES**. PORTO. PORTO EDITORA, LDA. 1999.

BIRCH, J. (1974). Mainstrea ming: Educable mentally retarder children in regular classes, The Council for Excepcional Children, Reston , Virginia. In Jiménez, Rafael Bautista & Outros (1997). **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Diaalivro

CORREIA (1993) *ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS* In: CORREIA, L.M. (Coord.) **ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS nas CLASSES REGULARES**. PORTO. PORTO EDITORA, LDA. 1999.

FREITAS, Soraia Napoleão, *FORMAÇÃO DE PROFESSORES*. In: Org. MENDES, Enicéia Gonçalves, ALMEIDA, Maria Amelia e WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. (2004) **TEMAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL avanços recentes**. São Carlos. EduFSCar. 2004

MANTOAN, Maria Teresa. (1997) **Integração de pessoas com NEE contribuição para uma reflexão tema**. São Paulo Memmon SENAC.1997.

MAZZOTTA, Marcos José da Silva. (1982) **Fundamentos de educação especial**. São Paulo. Livraria Pioneira Editora. 1982.

MITTLER, Peter. (2003) **Educação Inclusiva – Contextos Sociais**. Porto Alegre. Editora Artmed. 2003

Mrech (1998) in: Ministério DA EDUCAÇÃO SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS DEFICIÊNCIA FÍSICA**, Brasília – DF. 2006

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio, *FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL*. in: Org. MENDES, Enicéia Gonçalves, ALMEIDA, Maria Amélia e WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. (2004) **TEMAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL avanços recentes**. São Carlos. EduFSCar. 2004

PORTER, G. (1994). Organização das Escolas: conseguir o acesso e a qualidade através da inclusão. Comunicação apresentada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. (Salamanca).

SANTOS, Mónica Pereira, *DESENOVIMENTO POLÍTICA E PRÁTICAS INCLUSIVAS*

“*SUSTENTÁVEIS*” .in: Org. MENDES, Enicéia Gonçalves, ALMEIDA, Maria Amelia e WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. (2004) **TEMAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL avanços recentes**. São Carlos. EduFSCar. 2004

SASSAKI, Romeu Kazumi. (1997) **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro.WVA.1997.

SIM-SIM, M.I. (1995). Formação em Educação Especial: Que Formação? In Educação. 1995

UNESCO: Necessidades Educativas Especiais. Edição do Instituto de Inovação Educacional. Distribuído no n. 1 do v. 7 da revista INOVAÇÃO. (Declaração de Salamanca de Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais – dotado pela Conferência Mundial da UNESCO sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca, 7 à 10 de Junho de 1994).

Publicações Periódicas

Anuário - (2004/2005) Gabinete de Estudos e Planeamentos (GEP) do Ministério da Educação e Ensino Superior de Cabo Verde .

Censo 2000 Instituto Nacional de Estatísticas. (2000). Recenseamento Geral População e Habitação.

Constituição da República de Cabo Verde, 1ª Revisão Ordinária/1999.Assembleia Nacional, Edição de 2000.

Termos de Referência, Educação de Pessoas com Necessidades Educativas Especiais Ministério da Educação. DGEBS/Educação Especial (2006).

Programa do Governo para a Legislatura 2006-2011. República de Cabo Verde, 2006.

Plano Estratégico Para a Educação. MEVRH/PROMEF. Ministério da Educação de Cabo Verde (2003).

Plano Nacional de Educação para Todos, 2003. Ministério de Educação de Cabo Verde

Programa do Governo VII Legislatura, (2006/2011). República de Cabo Verde.

Educação, um tesouro a descobrir (1996). Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, 2ª edição, ed. ASA, UNESCO.

Documentos normativos

Decreto-lei 77/94 – Gestão dos Pólos Educativos – Sup. Boletim Oficial da Republica de Cabo Verde nº 42 Série I de 27/12/94

Lei de Bases do Sistema Educativo Cabo-verdiano (LBSE) - (Lei nº103/III/90 de 29 de Dezembro) - Suplemento ao Boletim Oficial de Cabo Verde nº 52 – 29 de Dezembro de 1990,

Lei 122/V/2000 – Bases Gerais da Prevenção, Reabilitação e Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência” (B.O. – SÉRIE I- Número17 de 12 de Junho de 2000)

Lei 113/V/99 (1999). Boletim Oficial da República de Cabo Verde, 1ª Série, n.38.

Lei Orgânica do Ministério da Educação (2001), (Decreto Lei nº 25/2001/de 05 de Novembro) I SÉRIE nº 36 – Boletim Oficial de Cabo Verde, 5 de Novembro 2001

A N E X O S

ANEXO 1 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA AOS PROESSORES**I – Identificação/Caracterização do entrevistado****A- Dados pessoais:**

- 1- Nome:
- 2- Sexo:
- 3-Idade:

B- Dados acadêmicos profissionais:

- 1- Qual é a sua formação acadêmica?
- 2- Qual é a sua formação profissional?
- 3- Tem alguma especialização?

C- Funções desempenhadas :

- 1- Quanto tempo trabalha na área de Educação?
- 2- Há quanto tempo desempenha a função de professor?
- 3 -Que outras funções já desempenhou?

II. Prática Pedagógica

1. Qual é o ano de escolarização que está a leccionar?
2. Quantos alunos têm? M_____ F _____
3. Em que período lecciona?_____
4. Fale um pouco dos seus alunos (ritmos de aprendizagem; comportamento; rendimento escolar; dificuldades, etc.).
5. Como caracteriza os seus alunos?
6. Concorda que todas as crianças têm capacidades de aprender, independentemente da raça, classe social ou outras características pessoais? Sim _____ Não_____. Justifique?
7. Fale um pouco sobre o “ser professor”, ou seja, fale sobre a sua prática pedagógica (como prepara as aulas; o que leva em conta, desafios, constrangimentos, facilidades na leccionação, etc.).

III. Concepções sobre os principais conceitos

8.
 - a) Para si o que significa Necessidades Educativas Especiais – NEE?
 - b) Para si o que significa Deficiência?
 - c) Para si o que significa Educação Inclusiva?

9. Qual a sua opinião sobre a inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais nas turmas do ensino regular?

V. Legislação

10.

- a) Conhece a LBSE (Lei de Base do Sistema Educativo Cabo-verdiano)? O que ela diz sobre a Educação Especial?
- b) O que pensa sobre a sua aplicabilidade
- c) Que factores consideram importante para que, de facto, os alunos com NEE sejam integrados no ensino regular como aponta a LBSE (Lei de Base do Sistema Educativo Cabo-verdiano).

V. Formação

11.

- a) Você como professor teve já alguma preparação para ter em sua sala alunos com NEE?
 - b) Acha que os outros professores estão preparados para trabalhar com crianças com NEE?
- Sim_____ Não_____. Justifique a sua resposta.

12. Qual o papel das instituições de formação de professores na Educação Inclusiva?

13. Os professores da sua escola incrementam actividades numa acção reflexiva e auto formação contínuo para o atendimento de todas as crianças ou busca de soluções para problemas identificados?

13.1 Nunca_____ Às vezes _____ Sempre _____.

13.2 Apresenta duas razões que fundamenta a sua opção.

14. Que apoios têm recebido no sentido de ajuda-lo(a) a melhorar o atendimento de alunos Com NEE que tem ou que possa vir a ter?

VI. Prática Pedagógica voltada para a inclusão

15.

- a) A sua prática pedagógica permite responder as NEE dos alunos?
- b) Qual a sua maior dificuldade a trabalhar na perspectiva da inclusão? E como procurar superar?
- c) E quais são as facilidades que tem?

16. Ao longo da sua experiência como professor teve algum caso de crianças com NEE na sua sala. Sim_____ Não _____. Se respondeu Sim diz que tipo de NEE e explique sucintamente como realizou o seu trabalho na sala de aula.

17. Acha que a inclusão é possível? E de quê ela depende?

18. Os casos de NEE têm tido respostas cá na escola?

19.

a) Sente-se preparado(a) para lidar com alunos com NEE? Justifique a sua resposta.

b) De que necessita você como professor (a) para melhor atender os alunos com NEE?

20. De quem seria a responsabilidade de se preparar para receber alunos com NEE? Seria só do professor, ou da escola também? Justifique.

21. Do seu ponto de vista, os alunos com NEE estão a ser realmente atendidos em, salas de aula, ou seja, participam efectivamente no processo de Ensino-Aprendizagem? Justifique.

22. Considerando as suas condições que tem para trabalhar com alunos com NEE, que sugestões deixa?

23. Que outros comentários gostaria de fazer?

ANEXO 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA AO GESTOR

I – Identificação/Caracterização do entrevistado

A- Dados pessoais:

1. Nome: (opcional)
2. Sexo: M_____ F_____
3. Idade _____

C- Dados académicos profissionais:

4. Qual é a sua formação académica?
5. Qual é a sua formação profissional?
6. Tem alguma especialização?

D- Funções desempenhadas

1. Quanto tempo trabalha na área de Educação?
2. Há quanto tempo desempenha a função de Gestor?
3. Que outras funções já desempenhou?

II – Gestão da escola

1. Fale um pouco sobre sua gestão (desafios, constrangimentos, facilidades etc.)
2. Indique por favor o número de:
 - a) Professores (com turma) – M_____ F _____
 - b) Professores (sem turma) – M_____ F _____
 - c) Professores/as sem qualificação: Quantos do sexo F_____ M _____
 - d) Professores/as com qualificação: Quantos do sexo F_____ M _____
 - e) Professores que participaram em acção de sensibilização/capacitação na área das NEE ____
 - f) Alunos da escola – M _____ F _____
3. De modo geral que ganhos a escola teve nos últimos anos?
4. Que preocupações mais gritantes os professores colocam e como as gere?
5. Na sua relação com os diferentes intervenientes/parceiros no/do pólo como caracterize o clima de trabalho/relacionamento?
6. Considera preparado (a) para desenvolver seu trabalho na escola com alunos portadores de NEE? Sim ____ Não____. Porquê?
7. De quem seria a responsabilidade de se preparar para receber alunos com NEE? Seria só do professor, da escola ou de outras instituições?

8. O (a) Gestor (a) e os (as) professoras expressam sua confiança na capacidade de aprendizagem de todos os alunos, independentemente de raça, classe social ou outras características pessoais?

Sim ____ Não ____ . Justifique a sua atitude:

III – Concepção sobre os principais conceitos

9. Para si o que significa Necessidades Educativas Especiais – NEE?

10. Depois da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais vários países vêm operando mudanças na política educativa, tendo em conta questão da educação inclusiva.

10.1 - Para si qual é o conceito da educação inclusiva?

IV. Legislação

11.

a) Conhece a LBSE (Lei de Base do Sistema Educativo Cabo-verdiana? O que ela diz sobre a Educação Especial?

b) O que pensa sobre a sua aplicabilidade.

c) A sua gestão permite a “ integração “ de alunos com NEE?

V – Formação

12.

a) Acha que os professores estão preparados para trabalhar com crianças com NEE?

Sim ____ Não ____ . Justifique a sua resposta.

b) A escola promove a preparação dos professores para que melhor atendam as NEE?

c) As instituições de formação têm preparado os (as) professores (as) educadores para o atendimento das crianças com NEE? Justifique a sua afirmação.

VI – Prática Pedagógica voltada para a inclusão

13. Qual a sua opinião sobre a Inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais nas turmas do "ensino regular"?

Concordo ____ Concordo com reserva ____ Discordo ____ .

Por favor dê razões para a sua opção:

14. A sua escola promova e reforce comportamentos positivos e socialmente correctos dos alunos, principalmente daqueles que apresentam Necessidades Educativas Especiais?

Sim ____ Não ____ . De que modo?

15. A sua Gestão promove acções de reflexões, formação contínua e busca de soluções internas juntamente com os seus professores num trabalho cooperativo para o atendimento de todas as crianças? Em especial as que apresentam NEE.

Nunca____ Às vezes____ Sempre _____. Por favor dê razões para a sua opção.

16. A escola tem um levantamento das crianças com NEE?

Sim ____ Não _____. Se respondeu Sim por favor indique alguns casos e quais as mais preocupantes.

17. Quais são as NEE mais frequentes cá na escola

18.

a) Os casos de NEE têm tido respostas cá na escola? Justifique a sua resposta.

b) Que apoios têm recebido, para melhorar o trabalho /atendimento dos alunos com NEE na sua escola

19. Que acções precisam ser efectivadas para que se garanta Inclusão com qualidade?

20. Considerando o nível de preparação dos professores de sua escola para o atendimento de alunos com NEE, que sugestões deixa?

21. Que outros comentários gostaria de fazer?

ANEXO 3: Quadro 1- dos Principais Indicadores do Ensino Básico (2004/05)

1. Cobertura Educativa		
Efectivos	82985	
Docentes	3190	
Escolas	422	
Salas ocupadas	1807	
2.Taxa do Ensino Básico		
2.1 Aproveitamento escolar:		
Alunos aprovados	69346	84,0%
Alunos reprovados	11566	14,0%
Taxa média de abandono	2,0%	
3. Característica do Corpo Docente		
3.1 Habilitações dos Docentes		
* Perfil 1	1663	52,1%
* Perfil 2	825	25,9%
* Perfil 3	702	22,0%
3.2 Distribuição por sexo		
Femino	66,1%	
Masculino	23,9%	

Fonte: GEP – Anuário da Educação 2004/2005

Legenda:

* Perfil 1: IP e 2º Fase

* Perfil 2: 1ª Fase, Magistério Primário, EHPPE e Frequência de 2ª Fase

* Perfil 3: Frequência de 1ª Fase. EICM, Curso médio, 12º ano, 10º ano, Ano Zero, 8º ano, Ex-3º ano Curso Geral

ANEXO 4: Quadro nº 2. Repartição da ppd segundo tipo de deficiência por sexo

Tipo de deficiência	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13.948	100	6.955	100	6.993	100
Deficiência motora	7.183	51,5	3.649	52,5	3.534	50,5
Outra deficiência	5.775	41,4	2.820	40,5	2.955	42,3
Deficiência múltipla	990	7,1	486	7,0	504	7,2

Fonte: INE (RGPH) – Censo 2000

ANEXO 5: Quadro nº 3. Repartição da população de 4 anos e mais por sexo segundo a frequência escolar

Escolarização	Cabo Verde		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13,631	100	6790	100	6841	100
Nunca frequentou	5,714	41,9	2,122	31,3	3592	52,5
Frequentou	5,831	42,8	3,513	51,7	2318	33,9
Está a frequentar	2,086	15,3	1,155	17,0	931	13,6

Fonte: INE (RGPH) – Censo 2000

ANEXO 6: Quadro nº 4. Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência segundo a frequência escolar por grupo etário

Grupos Etários	População portadora de deficiência		Frequência escolar					
			Nunca frequentou		Frequentou		Está a frequentar	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13631	100	5714	41,9	5831	42,8	2086	15,3
4-5	269	100	159	59,1	11	4,1	99	36,8
6-9	845	100	208	24,6	69	8,2	568	67,2
10-14	1192	100	160	13,4	125	10,5	907	76,1
15-19	946	100	157	16,6	460	48,6	329	34,8
20-24	776	100	167	21,5	534	68,8	75	9,7
25-29	711	100	168	23,6	519	73,0	24	3,4
30-34	880	100	217	24,7	637	72,4	26	3,0
35-39	831	100	215	25,9	596	71,7	20	2,4
40 -44	794	100	304	38,3	473	59,6	17	2,1
45-49	666	100	294	44,1	363	54,5	9	1,4
50-54	431	100	205	47,6	219	50,8	7	1,6
55-59	468	100	249	53,2	214	45,7	5	1,1
60-69	3494	100	2285	65,4	1209	34,6	0	0,0
80 e +	1328	100	926	69,7	402	30,3	0	0,0

Fonte: INE (RGPH) – Censo 2000